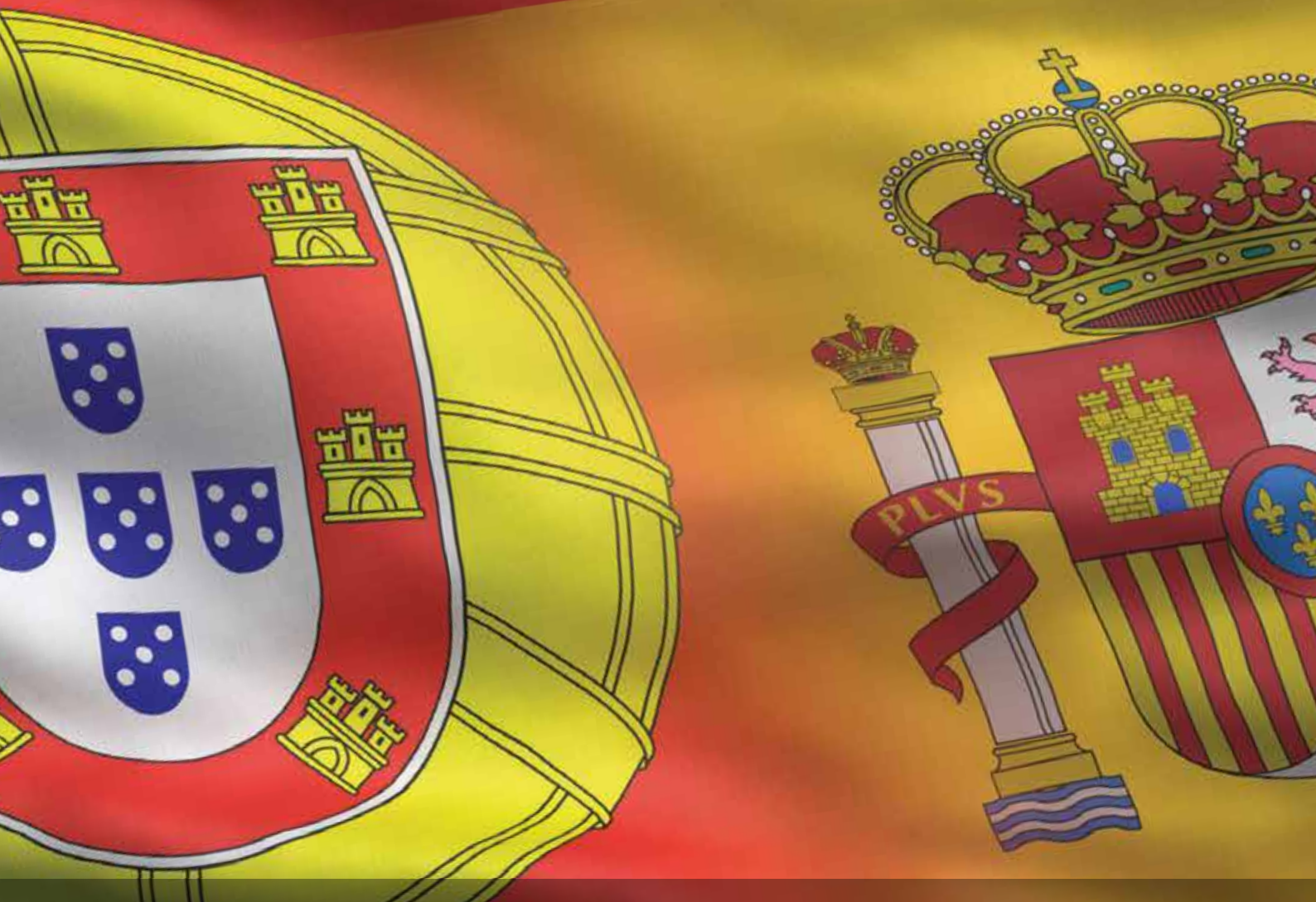




industria

Revista de Empresários e Negócios

Trimestral • Edição Abril / Maio / Junho 2017 • N.º 112 • 3,5€



CIMEIRA EMPRESARIAL LUSO-ESPAÑHOLA

Ambição nas reformas estruturais



Encontro de Organizações Ibero-Americanas ■■

Em defesa da política de coesão europeia ■■

Novo Regulamento Geral de Proteção de Dados ■■



BUREAU VERITAS, o SEU PARCEIRO PARA AS VÁRIAS ETAPAS DO SEU NEGÓCIO

- Inspeções
- Auditorias
- Ensaios
- Certificação
- Classificação de Navios
- Controlo e Assessoria Técnica
- Formação

Em 140 países, proporcionando um conjunto de serviços e soluções inovadoras nas áreas da gestão da Qualidade, Ambiente, Saúde e Segurança, independentemente do seu sector de produtos, activos ou negócios.

Bureau Veritas Portugal
www.bureauveritas.pt
info@pt.bureauveritas.com
707 200 542

Move Forward with Confidence



**BUREAU
VERITAS**

Aposta no capital humano

NA DIVERSIDADE dos assuntos que ocupam as páginas desta edição da Revista Indústria, está bem patente a dimensão internacional da CIP.

De facto, os últimos meses foram particularmente ricos em termos da atuação da CIP em fóruns internacionais, com destaque, desde logo, para a Cimeira Empresarial Luso-Espanhola, em maio, e para a Reunião de Presidentes das Organizações Empresariais Ibero-Americanas, em junho.

No plano europeu, saliento três temas que nos são caros: a política de coesão, em cuja defesa nos posicionamos em antecipação da discussão sobre o quadro financeiro plurianual pós-2020; a estratégia industrial da União Europeia, como resposta política integrada face às pressões e desafios de que é alvo este setor determinante para a prosperidade da Europa; e o mercado único, que é preciso continuar a aprofundar, nas suas diversas vertentes.

Este particular foco em assuntos internacionais, não significa, de forma alguma, que a CIP esteja alheia da evolução da economia nacional.

Nem os bons resultados recentes do desempenho macroeconómico, nem as previsões mais favoráveis que se projetam num horizonte próximo poderão dar lugar a atitudes de complacência.

A análise a que procedemos faz ressaltar as fragilidades que persistem na economia e que se refletem, nomeadamente, numa dinâmica muito fraca (ou mesmo negativa)



da produtividade, tendência que persiste na atual fase de recuperação económica, pondo em risco a sua sustentabilidade.

Neste contexto, o relançamento do investimento em capital físico e a aposta no capital humano surgem como fatores indispensáveis ao aumento da produtividade e do potencial de crescimento da economia.

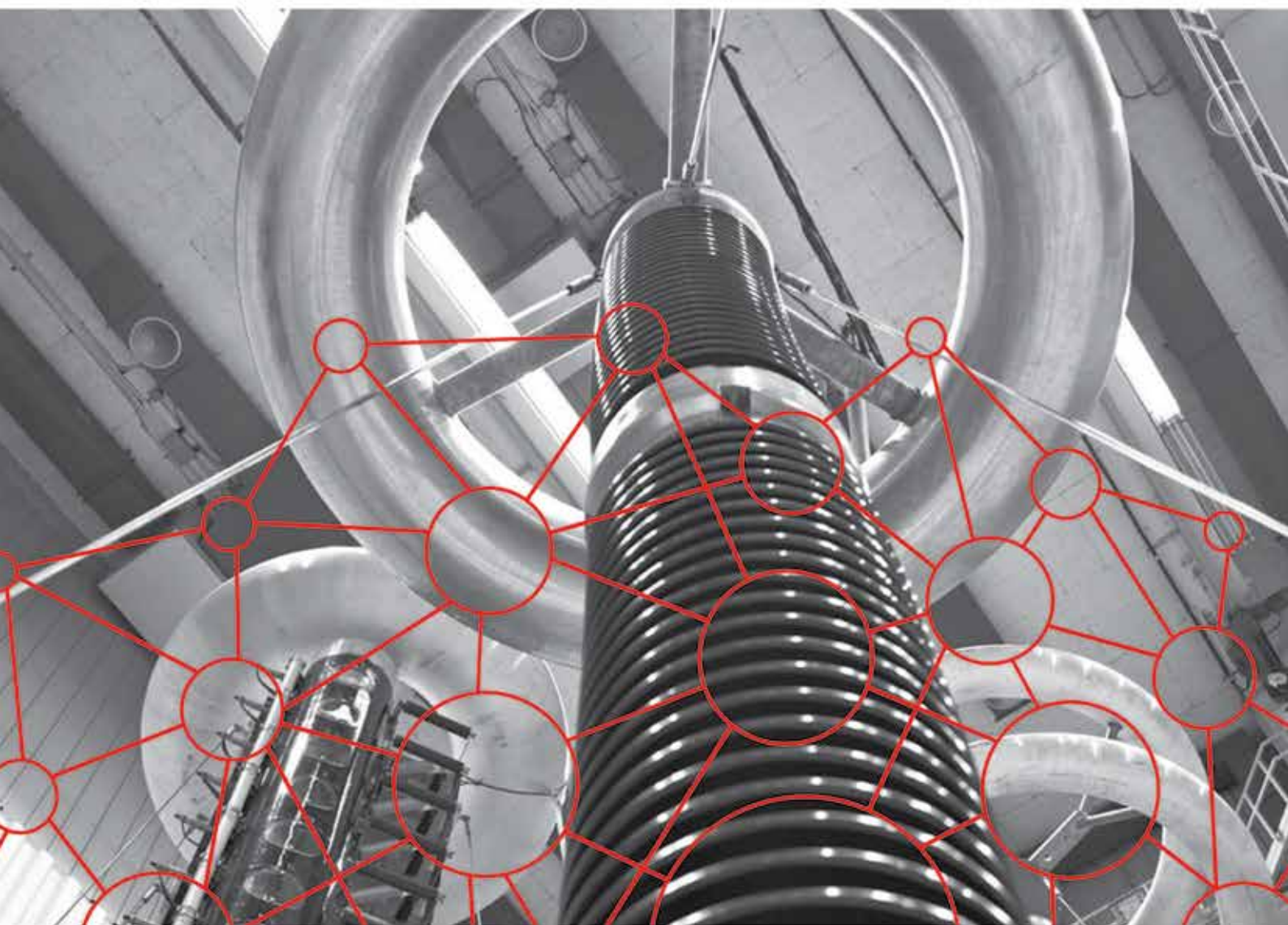
Paralelamente, é necessário acautelar o ris-

co de um aumento dos custos superior ao aumento da produtividade minar a nossa competitividade externa, com impactos negativos nas duas variáveis chave essenciais ao crescimento económico: o investimento e as exportações.

São estas as grandes linhas que estarão subjacentes às propostas que a CIP brevemente apresentará. ☉



António Saraiva
PRESIDENTE DA CIP



TESTES & ENSAIOS

- / Ensaios de transformadores MAT/AT/MT
- / Ensaios de cabos AT/MT
- / Auditoria a sistemas de contagem
- / Avaliação da vida útil de equipamentos elétricos
- / Inspeção termográfica a linhas AT/MT, subestações e parques eólicos
- / Medição de ruído

Saiba mais em edplabelec.com



MARÇO A MAIO DE 2017

Conjuntura Económica

ENVOLVENTE INTERNACIONAL

O World Economic Outlook, divulgado em abril pelo FMI, melhorou ligeiramente as perspetivas de crescimento da economia mundial em 2017, para 3.5% - mais 0.1 pontos percentuais (p.p.) do que as previsões de janeiro.

Nas economias emergentes e em desenvolvimento exportadoras de matérias primas, a retoma deverá ser suportada pela recuperação parcial dos preços, enquanto na China e noutros países importadores de matérias primas o crescimento o crescimento deverá permanecer forte.

Nas economias avançadas, a recuperação será impulsionada pelo elevado crescimento projetado para os Estados Unidos da América.

As perspetivas também melhoraram para a Europa e para o Japão, com base nos sinais de recuperação cíclica na indústria e no comércio que se começaram a fazer sentir na segunda metade de 2016.

Entre os riscos que o crescimento mundial enfrenta, o FMI refere a incerteza generalizada em torno das políticas, nomeada-

mente face às pressões que as economias avançadas enfrentam para políticas mais protecionistas.

O FMI conclui pela necessidade de um esforço multilateral renovado para enfrentar desafios comuns numa economia global integrada.

De acordo com as estimativas do Eurostat para o primeiro trimestre de 2017, o crescimento em cadeia do PIB, tanto na zona do euro como no conjunto da União Europeia foi de 0.6%, mantendo-se assim os sinais da lenta recuperação em curso.

Nas economias de maior dimensão da zona do euro, destaca-se pela positiva a aceleração do crescimento em cadeia em Espanha (de 0.7% para 0.8%), na Alemanha (de 0.4% para 0.6%) e na Itália (de 0.3% para 0.4%). Pelo contrário, em França, o crescimento em cadeia abrandou ligeiramente para 0.4%.

A economia britânica desacelerou marcadamente, de 0.7% para 0.2%.

Em termos homólogos, observou-se uma ligeira aceleração de 0.1 p.p. tanto na zona do euro como no conjunto da União Euro-

peia (para 1.9% e 2.1%, respetivamente). De acordo com as previsões da primavera da Comissão Europeia, a recuperação económica na Europa deverá continuar a um ritmo estável, com um crescimento de 1.7% em 2017 e de 1.8% em 2018, na zona do euro, e de 1.9%, em ambos os anos, no conjunto da União Europeia.

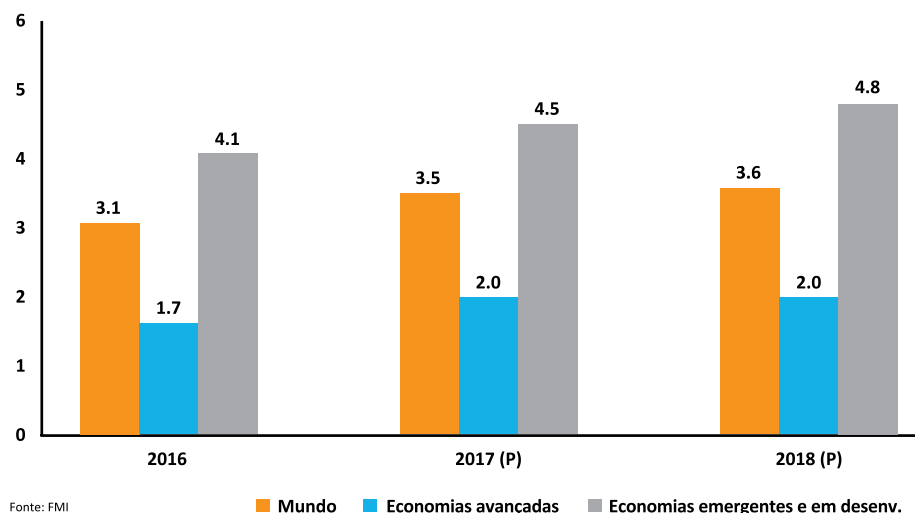
O crescimento continuará a ser impulsionado pela procura interna, esperando-se que o investimento aumente com alguma firmeza, embora continue a ser dificultado pelas perspetivas de crescimento modesto e pela necessidade de desalavancagem em alguns setores.

Nos EUA, o crescimento homólogo no primeiro trimestre manteve-se nos 2.0%.

COTAÇÕES INTERNACIONAIS

No período em análise, merece referência a apreciação do euro em abril e maio, regressando a valores em torno de 1.12 dólares por euro. Na primeira metade de junho, as taxas de câmbio mantiveram-se relativamente estáveis.

Gráfico 1: PIB no mundo, econ. avançadas e emergentes (variação real em %) 2016 - 2018 (P=Previsão)



No período em análise, as cotações do barril de brent oscilaram com alguma intensidade, entre os 57 e os 49 dólares. A partir de meados de abril, a tendência em alta inverteu-se, com os preços a descenderem abaixo dos 50 dólares no início de maio, para depois voltarem a aumentar, retomando a trajetória em baixa no final do mês, com os preços a cair novamente abaixo dos 50 dólares por barril na primeira metade de junho.

PORTUGAL

A aceleração do crescimento económico observada na segunda metade de 2016 reforçou-se no primeiro trimestre de 2017, com um crescimento homologado do PIB de 2.8% e de 1.0% em cadeia.

O crescimento do PIB no primeiro trimestre refletiu, sobretudo, a aceleração do investimento e das exportações.

O crescimento mais moderado do consumo privado, em grande medida devido ao abrandamento da aquisição de automóveis, contribuiu para que a aceleração das importações tenha sido menos intensa que a das exportações.

Deste modo, o contributo da procura externa líquida para o crescimento do PIB foi positivo (0.5 p.p.) e mais que compensou a ligeira redução do contributo da procura interna, que, mesmo assim, se manteve robusto (2.3 p.p.).

A composição do investimento revelou-se mais equilibrada e mais sustentável, com o investimento em material de transporte a abrandar, a componente de “outras máquinas e equipamentos” a crescer a um ritmo mais forte (15%) e a componente de construção a acelerar fortemente, de 1.5% para 8.5%.

Na ótica da oferta, destaca-se pela positiva o bom desempenho da indústria e da construção (com a aceleração dos respetivos VAB para 4.5% e 7.4%).

Em maio, tanto o indicador coincidente mensal para a atividade económica (do Banco de Portugal) como o indicador de clima económico do INE prolongaram o movimento ascendente observado desde o quarto trimestre de 2016 (no primeiro caso) e o início do ano (no segundo).

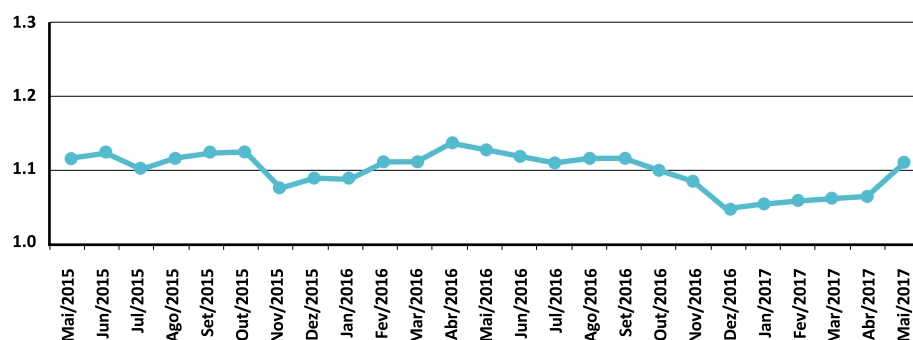
O indicador de confiança dos consumidores atingiu, em maio, o valor máximo da série iniciada em 1997.

O Banco de Portugal reviu em alta as suas previsões económicas para 2017-2019.

Esta revisão resultou, em larga medida, da incorporação da estimativa do INE para o primeiro trimestre do ano e reflete o maior

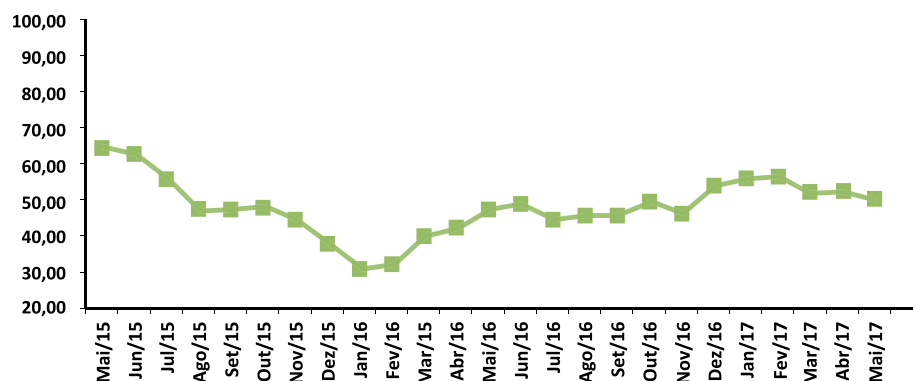


Gráfico 2: Taxa de câmbio EUR/USD (média mensal)
Maio 2015 – Maio 2017



Fonte: Banco de Portugal

Gráfico 3: Preço médio spot do petróleo (dólares/barril de brent)
Maio 2015 – Maio 2017



Fonte: FMI

dinamismo esperado para as exportações e para o investimento.

De acordo com as atuais projeções, o PIB aumentará 2.5% em 2017, valor que, desde 2000, só foi igualado em 2007.

Prevê-se que o crescimento económico abrande depois para 2.0%, em 2018, e 1.8%, em 2019, ano em que o PIB deverá ultrapassar o nível observado antes da crise.

Nestes três anos, espera-se que o ritmo de crescimento seja superior ao da área do euro, retomando-se assim o processo de convergência real, interrompido desde o início do século.

O emprego deverá aumentar 2.4% em 2017 e 1.3% em 2018 e em 2019, permitindo a redução gradual da taxa de desemprego, que atingirá 7% em 2019.

Antecipa-se uma forte aceleração das exportações em 2017 e um crescimento robusto nos dois anos seguintes, com ganhos adicionais de quota de mercado, particularmente significativos em 2017 (5 p.p.).

A formação bruta de capital fixo (FBCF) deverá crescer 8,8% em 2017 e ligeiramente acima de 5% nos dois anos seguintes. Parte da aceleração que se espera para 2017 ficará a dever-se à recuperação da FBCF pública, após uma queda muito acentuada em 2016.

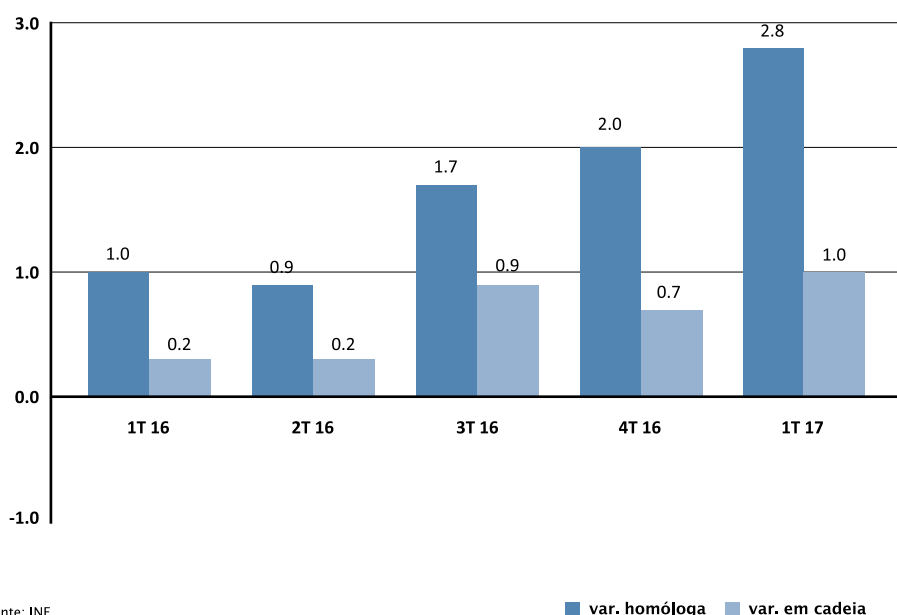
A FBCF empresarial deverá crescer acima de 6% ao longo do horizonte de projeção. O padrão de crescimento económico projetado é, assim, consistente com uma recuperação sustentada da economia portuguesa.

Contudo, o Banco de Portugal alerta para a recuperação muito modesta da produtividade do trabalho e para importantes estrangulamentos a um crescimento sustentável a longo prazo, com destaque para “o forte endividamento dos agentes económicos, o baixo nível de capital produtivo por trabalhador, a evolução demográfica desfavorável e o elevado nível de desemprego de longa duração”.

Os indicadores relativos à indústria dão conta de um desempenho marcadamente mais fraco em abril, com o índice de produção industrial (IPI) a regressar a um crescimento homólogo negativo (-1.2%), após cinco meses consecutivos em alta.

Também o volume de negócios da indústria, tanto no mercado externo como no mercado doméstico, deu sinais de enfraquecimento no mês de abril – ver gráfico 5. Note-se, contudo, neste caso, as fortes oscilações nos últimos quatro meses estão influenciadas por efeitos de calendário.

Gráfico 4: PIB – variação homóloga e em cadeia (em volume, %)
1T 2016 – 1T 2017



Fonte: INE

Evolução do PIB na ótica da procura (taxas de variação homóloga)

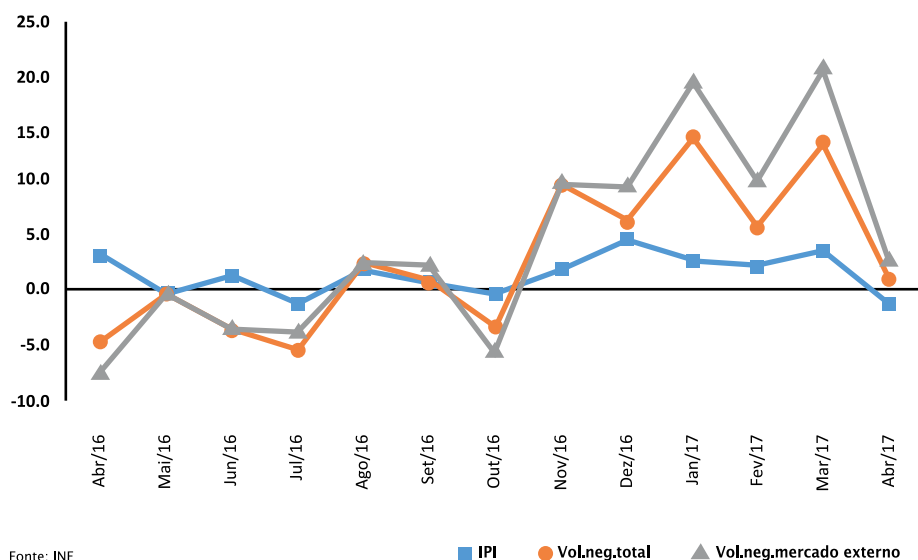
	1º Tr. 16	2º Tr. 16	3º Tr. 16	4º Tr. 16	1º Tr. 17
PIB	1.0	0.9	1.7	2.0	2.8
Consumo privado	2.5	1.6	1.9	3.0	2.2
Consumo público	1.3	0.6	0.2	0.0	-0.4
FBCF	-2.6	-2.2	-0.1	5.2	8.9
Exportações	3.6	1.9	5.5	6.6	9.7
Importações	4.8	1.5	3.9	7.7	8.0

Fonte: INE

Previsões económicas mais recentes para Portugal

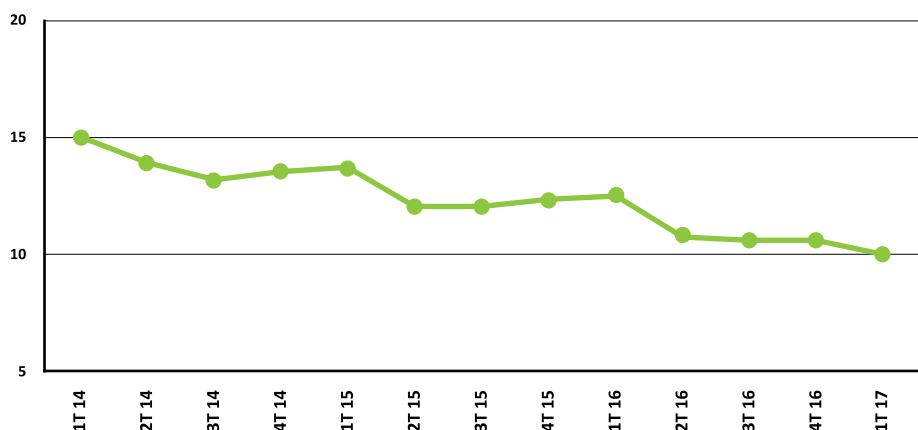
Indicadores (variações em %, salvo outra indicação)	Banco de Portugal			
	2016	2017	2018	2019
PIB	1.4	2.5	2.0	1.8
Consumo privado	2.3	2.3	1.7	1.7
Consumo público	0.5	0.4	0.6	0.3
FBCF	-0.1	8.8	5.3	5.5
Exportações	4.4	9.6	6.8	4.8
Importações	4.4	9.5	6.9	5.2
Inflação (IHPC)	0.6	1.6	1.4	1.5
Taxa de desemprego (% pop. ativa)	11.1	9.4	8.2	7.0
Emprego	1.6	2.4	1.3	1.3
Balança corrente e de capital (% do PIB)	1.7	2.1	2.4	2.4

Gráfico 5: Produção Industrial, volume de negócios total e no mercado externo
(Variações homólogas em %, nominais no caso do vol.neg.)
Abril 2016 a abril 2017



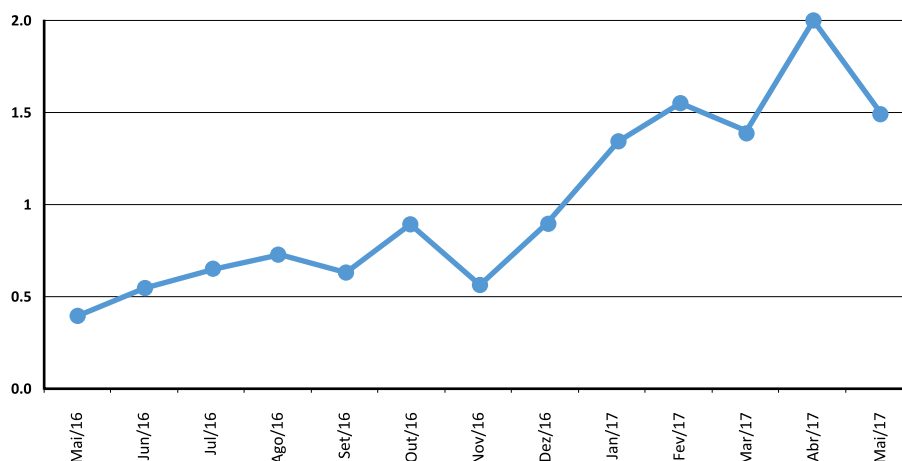
Fonte: INE

Gráfico 6: Portugal – Taxa de desemprego (% sem correção de sazonalidade)
1T 2014 – 1T 2017



Fonte: INE

Gráfico 7: Inflação (variação homóloga do IPC, %)
Maio 2016 – maio 2017



Fonte: INE

O índice de preços na produção industrial continuou, nos últimos meses, a aumentar a taxas significativas, superiores aos 4%. Os resultados do inquérito ao emprego dão conta da redução da taxa de desemprego para 10.1%, no primeiro trimestre de 2017 – ver gráfico 6.

O número de desempregados registou uma diminuição de 19.3 mil pessoas relativamente ao trimestre anterior. A diminuição homóloga foi de 18.2% (redução de 116.3 mil desempregados em 12 meses). Relativamente ao quarto trimestre de 2016, a taxa de desemprego de longa duração (12 e mais meses) diminuiu de 6.5% para 6.0%.

A taxa de desemprego dos jovens (15 a 24 anos) situou-se em 25.1% (no terceiro trimestre foi de 27.7%), o que representa 17.5% do total da população desempregada.

A população empregada aumentou 3.2% em termos homólogos (mais 144.8 mil postos de trabalho criados, em termos líquidos, em 12 meses), prolongando a série de variações positivas registadas desde o quarto trimestre de 2013. Os maiores acréscimos continuaram a verificar-se nas pessoas com nível de escolaridade secundário ou pós-secundário e superior (mais 5.1%) e concentraram-se, neste trimestre, na construção (mais 5.5%) e nos serviços (mais 3.6%). O aumento do emprego na indústria transformadora foi de 1.0%.

Face ao trimestre anterior, o emprego aumentou 0.3% (contrariando a evolução ocorrida em todos os primeiros trimestres da série iniciada em 2011.).

Os contratos sem termo aumentaram 4.8% em termos homólogos, registando-se um aumento deste tipo de contratos no total dos trabalhadores por conta de outrem (de 78.0% no primeiro trimestre de 2016 para 78.8% em igual período deste ano).

A taxa de inflação aferida pelo Índice de Preços no Consumidor (IPC) atingiu em abril um máximo desde outubro de 2012 (2.0%), mas desceu em maio para 1.5% – ver gráfico 7.

Este pico observado em abril foi em larga medida determinada pelos aumentos das contribuições da classe dos Restaurantes e Hotéis e dos Transportes, refletindo sobretudo o efeito associado ao feriado móvel da Páscoa, que ocorreu em abril enquanto no ano anterior ocorreu em março. ☺

CIP - Direção de Assuntos Económicos
(elaborado com informação até 21-06-2017)

Cimeira Empresarial Luso-Espanhola

CIP e CEOE pedem mais ambição na implementação de reformas estruturais

Decorreu nos dias 29 e 30 de maio de 2017, em Vila Real, a Cimeira Empresarial Luso-Espanhola. Os trabalhos tiveram início no dia 29, com uma reunião entre as duas delegações empresariais das confederações ibéricas – CIP – Confederação Empresarial de Portugal e CEOE – Confederación Española de Organizaciones Empresariales

EM REPRESENTAÇÃO institucional da CIP estiveram presentes o seu Presidente, António Saraiva, os Vice-Presidentes da Direção João Almeida Lopes (APIFARMA) e Rafael Campos Pereira (AIMMAP), e ainda os membros do Conselho-Geral, Luís Miguel Ribeiro (AEP), Óscar Gaspar (APHP), José Couto (CEC), Luís Ceia (AEVC), Luís Tão (NERVIR) e João Albuquerque (ACIB). Do lado da CEOE, estiveram presentes o Vice-Presidente José Vicente González, o Presidente da Comissão de Transporte e Logística, Rafael Barbadillo, o Presidente da Comissão de Infraestruturas e Urbanismo, Juan Lazcano e o Presidente da Comissão de Saúde, Carlos González Bosch. Do consenso alcançado durante a reunião, nasceu um documento que **marca o início do desenvolvimento da zona transfronteiriça como plataforma económica**, através da apresentação de **seis áreas prioritárias para alcançar uma UE renovada, mais unida e resoluta**:

1. Aprofundar o espírito reformista nacional e europeu como forma de combater os problemas estruturais – desemprego, baixa produtividade e o endividamento público e privado – com que as economias ibéricas se deparam e deste modo reforçar a confiança dos investidores e consolidar a recuperação económica.

2. Aprofundar uma União Económica e Monetária mais completa e integrada para adaptar a governação económica à realidade, sobretudo através da conclusão da União Bancária, de um mecanismo comum europeu de garantia de depósitos e da implementação de uma estratégia macroeconómica global coerente.

3. Apostar numa Política Industrial e Energética orientada para a competitividade, que permita contribuir para a recupe-



ração económica, como gerador de riqueza e de emprego, sem abandonar o compromisso com a prevenção e mitigação dos efeitos das alterações climáticas, bem como com um produção e consumo mais eficientes da energia.

4. Implementar uma Política de Infraestruturas e de Transportes como vetor da coesão territorial que permita dotar a Península Ibérica de uma rede eficaz de transportes de mercadorias que ligue os seus portos ao centro da Europa, complementada por uma rede de infraestruturas logísticas enquadrada numa visão logística ibérica. Consideram-se prioritárias as ligações ferroviárias

nos corredores de Aveiro – Salamanca – Irún e de Sines/ Setúbal à fronteira com a França, passando por Madrid e a ligação Porto – Vigo, no eixo atlântico.

5. Acelerar a agenda europeia de comércio internacional num espírito de reciprocidade, orientada para o reforço da internacionalização das empresas e para a abertura de novos mercados de países terceiros, ao mesmo tempo que defende a aplicação eficaz dos seus Instrumentos de Defesa Comercial.

6. A CIP e a CEOE determinam a criação de um canal de comunicação e troca de in-

formações tendo no horizonte as oportunidades que a notificação, no âmbito do Artigo 50.º do Tratado da União Europeia, abre aos agentes económicos da Península Ibérica. A primeira oportunidade já conhecida é a futura localização da sede da Agência Europeia do Medicamento (EMA), entidade responsável pela avaliação científica dos pedidos de autorização de introdução no mercado de medicamentos apresentados ao nível da UE. À reunião de dia 29 seguiu-se um **jantar de trabalho**, com a presença do **Ministro da Economia português, Manuel Caldeira Cabral**, e da **Ministra da Agricultura e Pesca, Alimentação e Meio Ambiente espanhola, Isabel García Tejerina**. Nesta ocasião, foi possível discutir alguns temas, com especial incidência na **situação económica de ambos os países**, incluindo algumas referências às **potencialidades para crescimento**, como o turismo e os recursos naturais disponíveis.

No dia 30 de maio, a **CIP e a CEOE entregaram em mão ao Primeiro-Ministro português, António Costa**, e ao **Presidente do Governo espanhol, Mariano Rajoy**, o documento com as **conclusões dos trabalhos** realizados.

No encerramento da Cimeira Empresarial Luso-Espanhola, **António Costa defendeu a importância das relações transfronteiriças no crescimento económico** e da conclusão do Mercado Ibérico de Gás para reduzir os custos energéticos nos dois países. O Primeiro-Ministro português referiu ainda que esta cimeira retoma o debate dos três corredores ferroviários, essenciais para as empresas.

Por sua vez, **Mariano Rajoy salientou que ambos os Governos vão continuar a trabalhar para reforçar as relações bilaterais**, em particular as relações económicas e empresariais, tendo em vista a criação de emprego.

Em Vila Real, **António Saraiva**, da CIP e **José Vicente González**, da CEOE, **defenderam em uníssono o crescimento e a competitividade a nível europeu**, e debateram as respetivas realidades nacionais para reunir consensos e apontar soluções baseadas nas perspetivas comuns sobre os desafios da Europa.

As confederações empresariais ibéricas defendem que a **Europa precisa de criar um ambiente atrativo para a competitividade e a inovação empresarial**, libertando-se do peso da regulamentação desnecessária e demasiado onerosa, dos elevados custos da energia e outros que sobrecarregam a atividade empresarial, em especial para as Pequenas e Médias Empresas (PME). ☉



REUNIÃO DE PRESIDENTES

Organizações Ibero-Americanas debatem estratégias para a região

O PRESIDENTE DA CIP, António Saraiva, esteve presente na **XXVIII Reunião de Presidentes das Organizações Empresariais Ibero-Americanas**, que decorreu no dia 19 de junho, em Madrid.

Este encontro teve por objetivo **debater as melhores estratégias** que permitam promover as reformas necessárias para o **desenvolvimento da região ibero-americana em torno da produtividade**.

António Saraiva, após receber da parte dos presentes as condolências dirigidas a Portugal, no contexto da tragédia ocorrida em Pedrógão Grande devido aos incêndios, participou no debate **“Tendências emergentes nas economias ibero-americanas em 2017-2018”**. O Presidente da CIP destacou como principais desafios os **mercados globais** e a **inovação**, referindo ainda que “a transformação digital está a revolucionar a generalidade da produção e, em particular, a indústria”.

Segundo o Presidente da CIP, a **Globalização** é uma fonte de oportunidades e riscos, cuja resposta não pode estar no protecionismo, mas sim “em **políticas** mais favoráveis à **competitividade industrial** e à **adaptabilidade das empresas** e na **reconversão dos setores mais vulneráveis**, especialmente na sua modernização tecnológica, tornando-nos menos dependentes de baixos custos salariais”. Destacou ainda a **atração de novo investimento** como meio de diversificar a base industrial das regiões mais afetadas pela Globalização e o “desenvolvimento de **novas competências** e a **requalificação profissional** dos trabalhadores afetados”.

Quanto ao desafio da **inovação**, no quadro da transformação digital da indústria, António Saraiva defendeu que **as empresas têm de “estar informadas e abertas às oportunidades** que surgem em resultado destes novos desenvolvimentos”, bem como “**trabalhar em conjunto com outras entidades**, que as poderão ajudar no processo de incorporação das novas tecnologias nos seus processos produtivos”. O Presidente da CIP defendeu ainda que é da responsabilidade das empresas **liderar a mudança** no seu seio, devendo também “**estar capacitadas para**



os investimentos que a resposta ao desafio que a inovação implica”, tanto em termos de capital como de qualificações.

Ao final da manhã, o documento com as conclusões – **Declaração de Madrid** – foi entregue a Ana Pastor, Presidente do Congresso de Deputados Espanhol. Este docu-

mento defende que os governos ibero-americanos devem redobrar os esforços junto das organizações empresariais da região no sentido de:

1. **Fomentar um ambiente** nacional, regional e mundial **favorável ao investimento** e ao **comércio-livre**;

2. **Comunicar** à sociedade, de forma eficaz, todos os **benefícios inerentes à liberalização do comércio** e do **investimento**;
 3. **Promover a integração e a abertura da esfera comercial**, contribuindo assim para o desenvolvimento e prosperidade mundial;
 4. **Simplificar os procedimentos e reduzir os custos** relacionados com o comércio, através do estabelecimento de políticas comerciais e de investimento, que estimulem as trocas de serviços e o comércio digital;
 5. Renovar o seu compromisso de **respeitar as regras e decisões da Organização Mundial do Comércio (OMC)**;
 6. **Promover o investimento**, com suficientes estímulos fiscais, mas também **garantindo a segurança jurídica** necessária a uma correta implementação destas políticas;
 7. **Aprofundar os vários acordos comerciais entre países e regiões**, a fim de expandir o crescimento económico e social, fomentando a criação de empregos e o desenvolvimento das empresas.
- Neste documento, os Presidentes das Organizações Empresariais Ibero-Americanas

A CIP é membro do CEIB – Conselho de Empresários Ibero-Americanos, criado no âmbito da XXVI Reunião de Presidentes de Organizações Empresariais, como uma iniciativa apoiada pela Organização Internacional de Empregadores (OIE) e pela Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB).



A presidência do CEIB é rotativa entre os presidentes das organizações empresariais, e corresponde ao país anfitrião da Cimeira Iberoamericana, sendo que, nesta reunião, a presidência foi transferida para o CACIF (Comité Coordinador de Asociaciones Agrícolas, Comerciales, Industriales y Financieras), Confederação Empresarial do Guatemala, que acolherá esta Cimeira em novembro de 2018.

O objetivo do CEIB é valorizar os fatores de competitividade comuns aos empresários ibero-americanos, de forma a contribuir para o desenvolvimento económico e social dos seus países. ☺

manifestaram ainda a sua solidariedade para com a Confederação venezuelana e preocupação para com a situação que se vive no país, de confronto crescente, e que põe em risco a democracia, o estado de

direito, o respeito pelos direitos humanos fundamentais dos venezuelanos e o pleno exercício dos direitos civis, políticos e económicos dos empregadores e das suas organizações. ☺

POINT OF Soul

When heart meets business. Quando o coração encontra o negócio. Um breve encontro pode vir a tornar-se num contacto com significado para a vida inteira. A concretização das suas ideias está à distância dum pavilhão de feira. Existe uma "Altbier" com o seu nome à sua espera no bar. E está exatamente onde queria estar: www.messe-duesseldorf.com

Informações: Walter & Cia., Lda.
Largo de Andalus, 35, 3.º Esq. - 2
2050-004 Lisboa
Tel: +351-213 506 254... Fax: +351-213 539 311
geral@walter.pt
www.walter.pt

Basis for
Business



Em defesa da política de coesão Europeia

A política de coesão Europeia poderá sofrer cortes substanciais no quadro comunitário pós-2020. É, assim, necessário demonstrar os benefícios desta política, não só para Portugal, mas também para a Europa como um todo. E isto tem que ser feito com urgência: 2021 parece ainda longe mas as preparações para o próximo período já estão em andamento, tanto em Bruxelas como em várias capitais

1

EM DEFESA DA POLÍTICA DE COESÃO EUROPEIA

Uma Europa coesa é fundamental para o correto funcionamento da União Europeia, e da zona Euro em particular. Só numa Europa coesa será possível os mecanismos comuns funcionarem de forma adequada, e só com ciclos económicos alinhados poderão as decisões do Banco Central Europeu ter um impacto adequado em todos os membros da zona Euro.

A política de coesão tem como objetivo fomentar o desenvolvimento das diferentes regiões europeias, de forma a uma maior convergência dos diferentes territórios, tendo evoluído significativamente nas últimas décadas para se transformar numa verdadeira política europeia de investimento, que aposta nas vantagens competitivas de cada região.

Os benefícios da política de coesão são possivelmente os mais evidentes e, também, os mais visíveis quando falamos da União Europeia. Durante o último quadro

comunitário, entre 2007-2013, as medidas cofinanciadas pelos programas de coesão em Portugal foram diretamente responsáveis pela criação de mais de 15.000 postos de trabalho, dos quais mais de 9000 em pequenas e médias empresas (PMEs). Estes números foram atingidos em parte pelo apoio a 4.742 projetos de investigação e desenvolvimento, pelo apoio a 16.046 projetos de financiamento a empresas, e 672 projetos de cooperação entre PMEs e centros de

dos fundos dedicados à política de coesão poderá estar em risco no próximo quadro comunitário pós-2020. Isto deve-se ao facto de a União Europeia se confrontar, por um lado, com uma redução substancial do orçamento europeu, devido à saída do Reino Unido da União Europeia (que se estima que representará uma quebra de cerca de 10 a 13 mil milhões de euros, cerca de 15% do orçamento europeu anual) e, por outro lado, com a necessidade de dar resposta a novos

desafios que surgiram nos anos recentes, nomeadamente no sector da segurança, defesa e migração. Dado o fraco apetite dos Estados-membros para aumentarem de forma significativa a sua contribuição para o orçamento europeu, disto resulta um dilema difícil de resolver, com menos recursos e novas prioridades, o que levará, com grande probabilidade, a cortes em políticas existentes. A probabilidade de estes recaírem de forma mais significativa sobre a política de coesão e a política

investigação. Para além destes, ainda foram apoiadas a criação de 2499 empresas.

Apesar dos resultados, o futuro desta política não é promissor e uma parte substancial

agrícola comum (PAC), que representam cerca de 70% do orçamento europeu, e que são alvos de críticas de vários Estados-membros, é assim alta.





2

2021 ESTÁ AO VIRAR DA ESQUINA

Engane-se quem pensar que 2021 está ainda muito longe e que teremos tempo de lidar com esta questão mais lá para a frente. No passado dia 28 de Junho, a Comissão Europeia apresentou um documento de reflexão sobre o futuro financiamento da UE, com algumas ideias relativamente à reforma do orçamento europeu, incluindo ideias também a nível da política de coesão, de forma a lançar o debate sobre estes temas. As conclusões deste debate serão então incorporadas na proposta da Comissão Europeia para o próximo Quadro Financeiro Plurianual, que terá lugar no segundo trimestre de 2018.

Isto significa que **os próximos meses serão cruciais**. As reflexões internas da Comissão Europeia vão já bem avançadas; o Parlamento Europeu já votou alguns relatórios sobre esta matéria; e, provavelmente mais importante, é o facto de uma série de Estados-membros terem já vindo a apresentar ideias concretas para o próximo orçamento plurianual.

Enquanto muitos amigos da coesão, desde Estados-membros onde os impactos desta política são mais importantes, a várias regiões por toda a Europa e associações regionais, saem em defesa dos fundos estruturais, há também vários países a manifestarem a ideia que gostariam de ver uma política de coesão substancialmente reduzida.

Portugal, um grande beneficiário desta política, e que dela se tem servido para im-

plementar reformas importantes a nível não só de infraestruturas, mas principalmente a nível de inovação, qualificação e internacionalização de empresas, de formação e de cooperação entre centros de investigação e empresas, precisa de começar a planear a sua **estratégia de defesa desta política com carácter de urgência**, unindo forças com os “amigos da coesão”.

3

MELHORAR O FUNCIONAMENTO DA POLÍTICA DE COESÃO

Apesar dos benefícios inegáveis para a economia portuguesa da existência da política de coesão europeia, também é verdade que há espaço para melhorar o funcionamento desta política. **Ser capaz de defender a política de coesão a nível europeu passa, de facto, por analisar a fundo o seu funcionamento e ser capaz de acompanhar, na sua defesa, sugestões que possam melhorar o seu funcionamento e a sua eficiência.**

Do ponto de vista das empresas, é fundamental simplificar o seu funcionamento. Aceder a fundos estruturais requer tempo e dinheiro e, muitas vezes, um intermediário que tenha experiência em lidar com procedimentos difíceis e morosos, bem como conhecimento das várias camadas de regras e controlos. Será também preciso fortalecer a capacidade dos Estados-membros para atingir objetivos finais com impacto na economia e ditar menos a forma como estes são alcançados, em particular através da simplificação do sistema de controlo e introdução de uma auditoria

REFLEXÃO

Engane-se quem pensar que 2021 está ainda muito longe e que teremos tempo de lidar com esta questão mais lá para a frente. No passado dia 28 de Junho, a Comissão Europeia apresentou um documento de reflexão sobre o futuro financiamento da UE

única. É necessário reduzir, simplificar e padronizar o corpo das regras e diretrizes da política; unificar, ou pelo menos harmonizar, os vários fundos; reforçar a abordagem integrada; ampliar o uso das plataformas e-Cohesion; entre muitas outras sugestões que estão já a ser estudadas em profundidade, com o objetivo de facilitar o uso dos fundos disponíveis.

É igualmente importante que a política de coesão incentive as regiões a desenvolver as suas competências em sectores-chave, apostando na inovação nos seus respetivos campos de especialização, de forma a serem capazes de se integrar em cadeias de valor global, ajudando também a fortalecer a colaboração transfronteiriça e transnacional em áreas específicas.

Neste sentido, será também fundamental manter uma política aberta a nível dos sectores e das empresas que cobre. A ideia, muito defendida pela Comissão Europeia, de limitar o acesso aos fundos às PME esquece a importância de empresas de maior dimensão a nível de desenvolvimento local, de capacidade de inovação a nível de tecnologia e técnicas, que são também transferidas para as várias PME que surgem em torno destas e que beneficiam destes ecossistemas de negócio.

A política regional é de grande importância para todas as regiões europeias, mais pobres ou mais ricas, não só através do seu impacto económico, que não se limita aos seus beneficiários diretos, mas também porque a coesão económica e social é um pré-requisito para o bom funcionamento da União Económica e Monetária e para a própria coesão política da União Europeia. É preciso, assim, demonstrar estes benefícios para a Europa como um todo e sair em defesa da política de coesão. ☉

Construir uma indústria europeia forte e moderna

Face à necessidade de a Europa apostar, de forma decidida, na indústria, a BusinessEurope elaborou o documento “Construir uma indústria europeia forte e moderna”, com a sua visão sobre uma estratégia industrial renovada para a União Europeia

A EUROPA PRECISA de apostar de forma decidida na indústria, pondo em prática uma estratégia industrial que permita reforçar o seu papel chave na recuperação económica, como gerador de riqueza e de emprego, e pelo seu efeito motor nos restantes setores da economia.

Consciente desta necessidade, a BusinessEurope elaborou o documento de fundo “Construir uma indústria europeia forte e moderna”, que contou com o envolvimento e com contribuições da CIP, e onde desenvolve a sua visão sobre uma estratégia industrial renovada para a União Europeia. A CIP sintetiza, neste artigo, as conclusões deste documento.

Uma indústria forte é determinante para uma economia próspera e preparada para os desafios atuais e futuros. Vivemos uma época de mudanças em diversas áreas, muitas delas, completamente disruptivas.

A evolução tecnológica e a inovação fornecem, cada vez mais, soluções que melhoram a qualidade de vida das nossas populações, mas também levantam preocupações.

Como a história demonstra, alguns empregos tornam-se obsoletos à medida que o mundo avança. Mas também mostra que novos empregos são criados. Assim, a solução não pode passar por travar o progresso,

mas por assegurar que estamos preparados para ele.

Para além desta evolução, vivemos uma época atribulada no que diz respeito ao futuro político da União Europeia (UE). As crescentes tendências protecionistas e a fraca integração das políticas industriais no contexto europeu são grandes desafios com os quais nos deparamos atualmente. Com cadeias de valor integradas na União Europeia, as intenções de alguns países de olhar apenas para si próprios podem colocar em causa o futuro da competitividade das empresas. É necessário fortalecer o Mercado Único, uma das grandes conquistas da integração europeia.

A União Europeia teve sucesso em algumas tentativas de trazer a política industrial para o centro das atenções, como foi o caso do Acordo de Paris sobre alterações climáticas, do CETA, ou ainda do progresso realizado no mercado único digital. No entanto, houve falhas em processos críticos, como a reforma do regime de comércio de licenças de emissão da UE (ETS), a legislação financeira, ou o Código Aduaneiro da União.

Uma renovada Política Industrial tem de refletir as mudanças a que assistimos e ter em conta a concorrência a nível global, promovendo legislação estável e previsível,

indispensável ao tecido empresarial. Deve, também, promover a inovação e assegurar os mais altos padrões em termos de políticas laborais, de consumidor e ambientais. Se pretendemos ter uma União Europeia na frente do desenvolvimento, quer económico, quer social, precisamos de estar preparados para uma adaptação rápida, e de qualidade, aos desenvolvimentos referidos.

I. A situação atual da indústria da UE

A indústria tem um papel fulcral na economia europeia, sendo responsável por mais de metade das exportações, cerca de 65% dos investimentos em R&D, e 24% do emprego, que, na sua maioria, é emprego altamente qualificado e com uma remuneração acima da média.

No entanto, e apesar de continuar a ser líder global em vários subsectores, sendo responsável por 37% do total de exportações mundiais de bens, a indústria europeia está sob grande pressão. Esta pressão é visível nos seguintes aspetos:

- O setor assistiu à maior queda nas exportações de bens, entre 2004 e 2013, de quase 7 pontos percentuais, em relação às restantes regiões do mundo;

- O valor acrescentado bruto da indústria na economia europeia reduziu-se de 18,8% em 2000 para 15,3% em 2014;
- Há uma grande falta de investimento, com a União Europeia sem conseguir superar os níveis de investimento registados no período pré-crise. Em contraste, os Estados Unidos da América e o Japão conseguiram recuperar para níveis semelhantes aos desse período;
- Regista-se uma quebra na competitividade da indústria, principalmente devido:
 - Aos custos energéticos;
 - Aos custos de carácter regulamentar;
 - Ao elevado nível de impostos;
 - À atitude de aversão ao risco, que enfraquece a capacidade de inovar da nossa indústria.

Tendo em conta o exposto acima, é urgente uma resposta política integrada. Podemos definir dois conjuntos de políticas para melhorar a situação da indústria europeia – de curto-prazo e de longo-prazo.

II. Estratégias de curto-prazo

Como principais focos no curto-prazo, consideramos essencial:

1. Uma **mudança no quadro de governação da União Europeia**:

- A Comissão Europeia deve recorrer mais ao High-Level Group Energy Intensive Industries (HLG EII);
- A prioridade da Comissão, “Legislar melhor” (Better Regulation), deve cumprir a sua agenda de forma rigorosa;
- O Conselho da União Europeia deve reforçar a importância do Conselho da Competitividade (COMPET).

2. Um **maior foco na competitividade industrial**, nomeadamente em matérias como:

- Energia – acelerar a eliminação de taxas e impostos, que estão a elevar os preços para os consumidores;
- Inovação, Investigação e Desenvolvimento – acelerar a implementação do “princípio da inovação aberta” e assegurar o equilíbrio na alocação de fundos do Horizonte 2020 por todo o ecossistema de inovação, investigação e desenvolvimento;
- Economia circular – é necessário que haja maior partilha de boas práticas e consciencialização dos Estados Membros;
- Digitalização – assegurar a livre circulação de dados por toda a UE e evitar restrições ao armazenamento físico dos mesmos; desenvolver plataformas de digitalização nacionais e assegurar a sua coordenação através de uma rede europeia;
- Competências – ter em consideração

setores com escassez de competências no desenho de futuros planos de antecipação de competências; acelerar a adaptação dos currículos às necessidades do mercado, incluindo no ensino profissional; avaliação comparativa das políticas de educação entre os vários Estados Membros como parte do Semestre Europeu, com o objetivo de aprenderem entre si;

(vi) Financiamento e Investimentos – é necessário assegurar que todos os instrumentos da União Europeia relacionados com o investimento, como o futuro Programa-Quadro de Investigação e os fundos estruturais, são acessíveis a empresas de todas as dimensões e canalizados para a economia real; Assegurar que as regras prudenciais conciliam de forma equilibrada o aumento da estabilidade financeira e a resposta às necessidades de financiamento das empresas para investimentos;

(vii) Comércio – concluir o acordo de comércio

livre entre a União Europeia e o Japão; garantir instrumentos de defesa comercial eficazes e operacionais para a indústria, no cumprimento das regras da Organização Mundial do Comércio, sem baixar o nível de proteção;

(viii) Concorrência – assegurar que as regras de fusões apoiam a inovação e a criação e desenvolvimento de empresas inovadoras; tornar as regras de fusões mais eficazes, através da introdução de simplificações processuais para transações e reduzindo a necessidade de escrutínio e autorização para os casos relevantes.

III. Estratégia de longo-prazo

É necessário, em primeiro lugar, perceber as tendências presentes na economia mundial e as consequências para o nosso tecido produtivo. Destacamos as seguintes:

- Energia – a produção elétrica será cada



A DIMENSÃO SOCIAL DA DIGITALIZAÇÃO

Há uma dimensão tecnológica óbvia na revolução digital, no entanto, não podemos descurar a dimensão social e humana.

No contexto da Indústria 4.0, deveremos ter uma infraestrutura social no ambiente de trabalho que permita uma mudança no paradigma da interação do homem com a tecnologia. Deverão ser as máquinas a adaptar-se às necessidades do ser humano e deve haver, cada vez mais, espaço para e-learning no espaço de trabalho e em casa.

Todos os setores e profissões são afetados pela digitalização. Por esta razão, devemos educar e treinar os jovens não para as profissões atuais (que poderão desaparecer), mas sim para lhes fornecer um conjunto de competências transversais que lhes permitam estar preparados para desafios futuros. Formar os jovens com competências em áreas como as engenharias e matemática é crucial. ☺



vez mais baseada em fontes de energia renováveis;

- Economia circular – esperamos que a indústria europeia tenha cada vez mais as suas atividades alicerçadas na economia circular. Este desenvolvimento trará transformações importantes no ciclo de vida dos produtos, desde a forma como extraímos as matérias primas, à forma como produzimos, consumimos e desmantelamos os produtos. Assim, necessitamos de um mercado único funcional para matérias-primas secundárias, com legislação europeia harmonizada;
- Digitalização – o progresso nas tecnologias digitais irá continuar a mudar a forma como desenhamos, produzimos e comercializamos produtos e serviços relacionados. A combinação de sensores avançados com a análise avançada de uma enorme quantidade de dados (Big Data), irá reduzir o consumo de energia e matérias-primas. Do mesmo modo, a Internet das Coisas e as redes 5G, desencadearão uma produção mais eficiente;
- Educação e Formação – o desenvolvi-

mento industrial requer novas competências técnicas. Os programas educacionais têm de refletir a evolução a que assistimos em várias áreas, na nova era digital. É necessário que os jovens tenham um conjunto de ferramentas, quer técnicas, quer soft skills, que permitam uma rápida adaptação à evolução tecnológica;

- Urbanização – as cidades concentram grande parte do valor acrescentado mundial, e albergam mais de metade da população mundial. Esta concentração não mostra sinais de abrandamento, o que requiere que haja uma reflexão sobre como tornar as cidades mais eficientes e respeitadoras do meio ambiente. A solução passará, em grande parte, pela utilização da tecnologia para: construção mais eficiente; tratamento de águas e resíduos; e mobilidade inteligente;
- Transportes e mobilidade sustentável – as políticas da UE devem incentivar o desenvolvimento de sistemas de transportes mais sustentáveis e competitivos. Todos os meios de transporte (rodoviários, ferroviários, aéreos e marítimos) devem contribuir para este objetivo, desenvolvendo e aplicando soluções digitais que tornem o transporte e a logística mais inteligentes, eficientes e menos poluentes. São fundamentais investimentos estratégicos em infraestruturas chave e novas tecnologias.

Para o desenvolvimento de políticas, é útil a definição de objetivos e/ou indicadores estratégicos para a indústria pós-2020, para além do objetivo já definido pela Comissão, de a indústria europeia ter um peso 20% no PIB, tais como:

- Assegurar que a produção industrial regressa aos níveis pré-crise;
- Aumentar o emprego na indústria para os níveis de 2007;
- Ter em conta a “produção conjunta” entre a indústria e serviços, que revelam uma interdependência cada vez maior;

- Aumentar o nível de investimento, depois de vários anos de quedas. O rácio de investimento do setor industrial no PIB, em média anual, pode ser o indicador apropriado. Princípios chave para atingir os objetivos estratégicos:

- A inovação é um imperativo para a competitividade, o crescimento económico e a criação de emprego. Um mercado aberto de ideias, no contexto de uma cultura mais favorável à assunção de riscos, um ambiente regulatório adequado e uma força de trabalho com mais competências, são essenciais ao desenvolvimento de um ecossistema saudável de inovação;

- O core da produção industrial é ainda muito afetado pelos preços da energia, pela legislação ambiental e pela fuga de investimento. Para assegurar uma competitividade reforçada no futuro, as reformas regulatórias devem permanecer um ingrediente chave nas decisões políticas;

- A livre circulação de serviços e pessoas é crucial para que as empresas possam facilmente adquirir e fornecer serviços, assim como contratar os trabalhadores de que necessitam;

- A oferta de mão-de-obra qualificada, a educação e o aumento da mobilidade no mercado de trabalho serão críticos. Os Estados-Membros devem contribuir para as oportunidades de aprendizagem ao longo da vida, proporcionando os incentivos adequados às mudanças de carreira e à requalificação, e contribuir para uma maior flexibilidade nos mercados de trabalho.

- Os decisores políticos devem abster-se de regular excessivamente as novas tecnologias, sob pena de pôr em causa a criação de emprego gerada por empresas inovadoras;

- O comércio internacional permanece uma das variáveis chave para o crescimento económico. A Europa deve continuar a defender e a promover acordos comerciais com parceiros globais. A União Europeia deve, também, abordar novos temas, tais como as regras de comércio para a era da indústria digital.

- O próximo Quadro Financeiro Plurianual deve garantir um financiamento adequado a uma série de áreas de importância fundamental para uma indústria competitiva.

- No quadro do semestre europeu, as recomendações específicas por país devem abranger as questões relevantes para a construção de uma política industrial europeia bem-sucedida e é importante um maior foco na sua implementação pelos Estados membros. ☯

INOVAÇÃO

A inovação é um imperativo para a competitividade, o crescimento económico e a criação de emprego. Um mercado aberto de ideias, no contexto de uma cultura mais favorável à assunção de riscos... e um ambiente regulatório adequado



O Programa Operacional Capital Humano (PO CH) é o instrumento que gere o investimento europeu e português na formação e qualificação dos jovens e adultos.

PO CH aprova mais de 2 mil milhões de Euros para Formação e Qualificação*

247 178
Participantes
Apoiados

1592
Projetos
Apoiados

2.066.899.494€
Financiamento Total
Fundo Social Europeu +
Contrapartida Pública Nacional



*dados a 31 de março de 2017

poch@poch.portugal2020.pt | Av. Infante Santo, 2 - 6.º - Lisboa

A publicação da lista de candidaturas aprovadas, enquanto medida de transparência e publicidade destinada ao público em geral, é uma das competências da Autoridade de Gestão do Programa Operacional Capital Humano.

Lista de Candidaturas Aprovadas em:
www.poch.portugal2020.pt



Eschmiedinger



Workshop

Operar nos Mercados Únicos da UE

A CIP promoveu, em parceria com a DGAE – Direção Geral das Atividades Económicas, no dia 27 de junho, o workshop “Operar nos Mercados Únicos da UE – Novas potencialidades para as empresas”, um evento de divulgação das oportunidades empresariais que o Mercado Único da União Europeia oferece aos empresários portugueses



O WORKSHOP “Operar nos Mercados Únicos da UE – Novas potencialidades para as empresas”, organizado pela CIP – Confederação Empresarial de Portugal e pela DGAE – Direção Geral das Atividades Económicas no dia 27 de junho, no Centro de Congres-

sos de Lisboa, teve por objetivo debater três áreas relevantes do Mercado Único da UE – bens, serviços e digital, com a finalidade de aumentar o conhecimento das empresas das potencialidades de um mercado de cerca 500 milhões de consumidores.

Apesar de a política de internacionalização incluir uma importante componente de diversificação geográfica, o Mercado Único da UE é o mais importante para as empresas portuguesas em termos de fluxos de comércio e de investimento, e também em termos



de centros de decisão de importantes cadeias de valor globais.

Com o grau de integração económica já atingido neste mercado em termos de regulamentação europeia, é imperioso que esse enquadramento legislativo seja transposto para a economia real das empresas, o que corresponde a um exercício dinâmico e sistemático de aperfeiçoamento do funcionamento do Mercado Único. Esta necessidade torna-se especialmente acutilante para as PME que operam neste mercado, na medida em que estas dispõem de menos recursos que possam afetar aos procedimentos e processos administrativos e regulatórios, muitas vezes desproporcionais à sua dimensão e às externalidades da sua atividade.

Este workshop foi dedicado aos três mercados únicos onde as empresas portuguesas operam – o dos Bens, o dos Serviços e o Digital.

1. **Mercado Único de Bens** – este tema foi abordado no primeiro painel, que contou com a participação de Luís Campos, Diretor de Serviços na DGAE – Direção-Geral das Atividades Económicas/Ministério da Economia e de Ana Maria Couras, Diretora-Geral da FIOVDE – Federação de Cosmética, Detergentes e Produtos de Manutenção.

2. **Mercado Único de Serviços** - esta temática foi debatida, no segundo painel, por Paulo Simões, Diretor de Serviços DGAE – Direção-Geral das Atividades Económicas/

Ministério da Economia e por Patrícia Gonçalves, Diretora de Serviços na CIP – Confederação Empresarial de Portugal.

3. **Mercado Único Digital** - este tema foi abordado por Luís Campos, Diretor de Serviços na DGAE – Direção-Geral das Atividades Económicas/Ministério da Economia e por Luís Curvelo, Diretor de Marketing e Inovação do Grupo COMPTA.

Houve ainda uma intervenção de fundo sobre o tema, feita por Joaquim Nunes de Almeida, Diretor para a Política do Mercado Único, Regulamentação e Implementação da DG GROW, Comissão Europeia. A abertura do evento esteve a cargo de António Saraiva, Presidente da CIP, e o encerramento foi feito por Artur Lami, Diretor-Geral das Atividades Económicas. ☺

Simplesmente intuitivo

Básico e essencial em qualquer operação



O novo BT Levio LWE 130 é compacto, eficiente e fácil de utilizar.

O novo porta paletes elétrico compacto BT Levio LWE130, da Toyota Material Handling, permite manobras fáceis e intuitivas, em espaços confinados.

Este novo BT Levio partilha o mesmo aspeto e principais características da família BT Levio, assim como a compatibilidade com o sistema de gestão de frotas Toyota I_Site para maior produtividade.

Um revolucionário motor AC proporciona aumento da eficiência energética, maior durabilidade e operação silenciosa, com vantagens ao nível do conforto do operador, ambiente de trabalho e produtividade.

Para saber mais sobre o novo BT Levio LWE 130 visite www.empilhadores.toyota.pt

Toyota Caetano Portugal
www.empilhadores.toyota.pt
Vila Nova de Gaia 227 867 085
Carregado 263 857 244

TOYOTA

MATERIAL HANDLING

Promoção do envelhecimento ativo e uma abordagem intergeracional

Programa de Trabalho 2015-2017 dos Parceiros Sociais Europeus estabelece a negociação de um Acordo-quadro europeu, não vinculativo do ponto de vista legal, sobre a promoção do envelhecimento ativo e uma abordagem intergeracional



Adoção do Acordo-Quadro dos Parceiros Sociais Europeus sobre o Envelhecimento Ativo e uma Abordagem Intergeracional – 8 de março de 2017

I – Enquadramento

O Programa de Trabalho dos Parceiros Sociais Europeus (BUSINESSEUROPE, CEEP, UEAPME e CES) 2015-2017, estabelece a negociação de um Acordo-quadro europeu, não vinculativo do ponto de vista legal, sobre a promoção do envelhecimento ativo e uma abordagem intergeracional.

O mandato aprovado pelo Conselho de Presidentes da BusinessEurope para a equipa negociadora, no dia 25 de novembro de 2015, previa o seguinte:

- Fornecer uma “caixa de ferramentas” aos parceiros sociais nacionais e sectoriais e às empresas, que sugira instrumentos/medidas que possam ajudá-los a identificar formas úteis de promover o envelhecimento ativo e uma abordagem intergeracional;
- Dar aos parceiros sociais nacionais a flexibilidade necessária para implementar o acordo, evitando uma abordagem única.

As discussões iniciaram-se em fevereiro de 2016 e foram concluídas por ambas as equipas técnicas negociadoras, empregadora e sindical, no dia 1 de dezembro de 2016, tendo a CIP participado no processo negocial.

O acordo alcançado pelas equipas negociadoras, no referido dia 1 de dezembro de 2016, após ter sido adotado pelos Parceiros Sociais Europeus tendo em conta os respetivos procedimentos internos, foi assinado no dia 8 de março de 2017.

II – O Acordo

Analisado o Acordo, destacam-se, sinteticamente, os seguintes aspetos do mesmo:

- Reconhece que devem ser implementadas medidas, se necessário, a nível nacional, sectorial e/ou empresarial, para facilitar

a participação e a permanência ativa dos trabalhadores mais velhos no mercado de trabalho até à idade legal de reforma e facilitar as transições entre gerações.

- Pretende aumentar a sensibilização e a compreensão dos empregadores, dos trabalhadores e dos seus representantes sobre os desafios e oportunidades decorrentes das alterações demográficas e reconhece que todos partilham um compromisso neste domínio.
- Visa assegurar um ambiente de trabalho saudável, seguro e produtivo, promover abordagens inovadoras do “ciclo de vida” para permitir que as pessoas permaneçam no trabalho até a idade legal da reforma e facilitar a transferência de conhecimentos e experiências entre gerações no local de trabalho.
- Fornece um quadro orientado para a ação adaptado ao papel e às competências dos parceiros sociais, fornecendo aos empregadores, aos trabalhadores e aos seus representantes ideias de abordagens práticas para promover e gerir o envelhecimento ativo.
- Descreve instrumentos/medidas a ter em conta pelos parceiros sociais e/ou gestores de recursos humanos (RH) no contexto das realidades demográficas nacionais e do mercado de trabalho.
- Reconhece que a abordagem aos desafios colocados pela evolução demográfica depende também de ações da União Europeia (UE) e das autoridades públicas nacionais.
- Inclui exemplos de ferramentas, medidas e ações que podem ser tomadas nas seguintes áreas: i) Avaliações estratégicas da demografia da força de trabalho; ii) Saúde e Segurança no local de trabalho; iii) Gestão de competências; iv) Organização do trabalho para uma vida profissional saudável e produtiva; v) Abordagem intergeracional.

No que diz respeito à sua implementação, o Acordo:

- Contém um compromisso dos membros das partes signatárias em promover e implementar instrumentos e medidas, sempre que necessário, a nível nacional, sectorial e/ou empresarial, de acordo com os procedimentos e práticas específicas da gestão e do trabalho nos Estados-Membros e nos Países do Espaço Económico Europeu.
- Deixa a escolha das ferramentas / medidas de implementação aos membros das partes signatárias, de acordo com as práticas nacionais;
- Prevê a possibilidade da sua própria revisão após cinco anos, se uma das partes signatárias o solicitar.

De acordo com a avaliação das federações membros da BusinessEurope, o Acordo:

- Pode ajudar a alcançar uma vida laboral



mais longa em toda a Europa, contribuindo, assim, para o objetivo estratégico dos empregadores de enfrentar os desafios demográficos, melhorando a sustentabilidade dos sistemas de proteção social.

- Demonstra a relevância e a credibilidade do diálogo social;
- Respeita as responsabilidades dos empregadores e dos trabalhadores, realçando a importância de um ambiente de trabalho saudável, seguro e produtivo, bem como a relevância da promoção da empregabilidade dos trabalhadores ao longo da vida ativa, independentemente da idade.
- Acrescenta valor às iniciativas comunitárias e nacionais já existentes e toma-as em consideração, oferecendo uma abordagem dos Parceiros Sociais Europeus resultante das práticas nacionais disponíveis;
- Respeita o mandato do Conselho de Presidentes da BusinessEurope.

III. Avaliação da CIP

1.

A intervenção da CIP no processo de negociação revelou-se complexa, tendo assumido, desde o início das negociações, uma posição de reserva e prudência relativamente à matéria do envelhecimento ativo.

De facto, a Confederação, nesta matéria, tem vindo a alertar para a necessidade de salvaguardar o rejuvenescimento dos quadros das empresas.

Como se sabe e reconhece, os mais jovens são mais qualificados, detêm maiores com-

petências, nomeadamente digitais, e são mais permeáveis às constantes necessidades de adaptação.

2.

Não obstante o quadro apontado, considera-se que o Acordo contém alguns aspetos positivos:

- É um Acordo não vinculativo do ponto de vista legal;
- A implementação de instrumentos ou medidas apenas terá lugar se necessário e tendo em conta as especificidades de cada Estado-Membro;
- Deixa às partes a escolha das ferramentas/medidas de implementação, não obstante as sugestões apresentadas;
- Não se promove o envelhecimento ativo para além da idade da reforma.

Trata-se do acordo possível neste tipo de negociações.

O Acordo tem um período de implementação de 3 anos e de avaliação de 4 anos e compreende o compromisso de os parceiros signatários e suas respetivas estruturas o desenvolverem, sendo de relevar, mais uma vez, que os referidos parceiros têm toda a liberdade para decidir sobre a forma como atuar, ou seja, têm total flexibilidade sobre os processos e instrumentos que serão utilizados para a implementação do Acordo.

Como já se referiu, foi o acordo possível neste tipo de negociações, sendo certo que, no mesmo, não se identificam especiais aspetos prejudiciais aos interesses dos empregadores ao nível nacional. ☺

Conferência Envelhecimento Ativo – Uma Prioridade para Portugal

O Envelhecimento Ativo requer um compromisso com resultados práticos

Os participantes na iniciativa do Conselho Estratégico da Saúde da CIP concordam que, em Portugal, quando se discute o tema Envelhecimento Ativo, fala-se sobretudo de “velhos e doenças”, o que prejudica as soluções para enfrentar o desafio



O MOTE PARTIU de Pedro Santana Lopes, no discurso de abertura da conferência organizada pela CIP – Confederação Empresarial de Portugal. O provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa defendeu a urgência de “retardar os valores negativos de um processo inevitável, o envelhecimento.”

É necessário “disseminar a ideia que envelhecer é um estilo de vida, uma maneira de estar” e “combater a ideia que o envelhecimento é penoso para o cidadão, para a família, para a sociedade”, defendeu.

Os dados mais recentes do Eurostat mostram que Portugal vive em contraciclo em relação à Europa no indicador esperança de vida saudável. Em 2014, os portugueses perderam cerca de três anos de esperança de vida saudável face ao ano anterior.

Pedro Santana Lopes reconheceu “ser es-



tranho, perante as evidências, que o tema do Envelhecimento Ativo não esteja mais presente na agenda política e social”.

António Saraiva, Presidente da CIP, reafirmou o compromisso da associação empre-

sarial com este tema, que eleger como “uma prioridade nacional”. O presidente da confederação empresarial portuguesa lamentou que “vivamos com menos Saúde” e que por isso “temos o dever para com a sociedade



e cada um dos cidadãos, de criar pontes e entendimentos que nos permitam encontrar soluções para viver mais e com melhor qualidade de vida.”

No debate dedicado ao tema “Evolução Demográfica, Envelhecimento Saudável”, os participantes foram contundentes a referir que “o problema ainda não foi encarado em Portugal.”

Em consequência do avanço da ciência e da tecnologia, a esperança de vida tem vindo a aumentar. No entanto, somos um dos países em que uma maior percentagem da população adulta reporta limitações à sua atividade.

A tónica geral foi no sentido de condenar a falta de políticas de Envelhecimento Ativo, sobretudo face aos bons resultados em Saúde, nomeadamente aumento de longevidade e baixa taxa de mortalidade infantil. Os participantes do debate defenderam que o Estado não se pode demitir das suas funções básicas, cuidar do cidadão. Para isso, defendem um investimento em políticas que promovam o envelhecimento saudável e com dignidade em Portugal.

A mesa de debate foi composta por Ana João Sepulveda, socióloga e managing partner da 40+Lab, Eugénio Fonseca, presidente da Cáritas Portuguesa, José Carreira, presidente da Alzheimer Portugal, Mário Pinto, assessor do Presidente da República para a Saúde, Óscar Gaspar, presidente da Associação Portuguesa da Hospitalização

Privada e Miguel Guimarães, bastonário da Ordem dos Médicos.

José Pereira Miguel, Coordenador da Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável, afirmou que as políticas de Envelhecimento Ativo tem de ser consequentes, para que “os compromissos e as metas estabelecidas com as organizações internacionais, como as Nações Unidas ou a Organização Mundial de Saúde, se traduzam em benefícios práticos para as populações.”

João Almeida Lopes, presidente do Conselho Estratégico Nacional da Saúde da CIP, defendeu o fim “do subfinanciamento crónico do Sistema de Saúde” e que “a Saúde deve estar sempre presente no quotidiano de todos os cidadãos”. Desta decisão “depende a qualidade de vida dos cidadãos e

a sustentabilidade do Sistema de Saúde”, defendeu.

A presidente do INFARMED, Maria do Céu Machado, na mensagem de encerramento da conferência, defendeu que o sucesso e os resultados das políticas de Envelhecimento Ativo dependem da adoção de linhas de ação multidisciplinares e interdisciplinares. Por isso, convocou para o debate representantes das Autarquias, da Educação e das áreas Sociais. “A solução para este desafio será sempre uma solução integrada”, afirmou.

A Conferência “Envelhecimento Ativo – Uma Prioridade para Portugal” decorreu no dia 7 de junho, no Centro Cultural de Belém, em Lisboa. ☉



CIP presente em homenagem aos empresários madeirenses

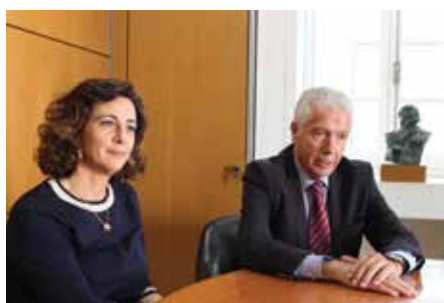
A CIP deslocou-se à Madeira a 18 e 19 de maio, por ocasião do Dia do Empresário Madeirense, acontecimento anual que tem por finalidade distinguir os empresários madeirenses que se destacaram na sua área profissional, no panorama económico regional ou no país onde residem

A ACIF/CCIM – Associação comercial e Industrial do Funchal / Câmara do Comércio e Indústria da Madeira, promotora deste evento, celebra este dia com a realização de um seminário e com um jantar de gala, no qual marcam presença inúmeros empresários e entidades oficiais.

O Presidente da CIP, António Saraiva, é já uma presença habitual neste evento, mas este ano, pela primeira vez, a CIP fez-se representar também por diversos membros do seu Conselho Geral: o Vice-presidente da AIMMAP - Associação dos Industriais Metalúrgicos, Metalomecânicos e Afins de Portugal, Rafael Campos Pereira, o Vice-Presidente da AEP - Associação Empresarial de Portugal, Luís Miguel Ribeiro, o Presidente da APIGRAF - Associação Portuguesa das Indústrias Gráficas e Transformadoras do Papel, José Manuel Lopes de Castro, o Presidente da APICER - Associação Portuguesa da Indústria de Cerâmica, José Luís Sequeira, a Presidente da ANREEE - Associação Nacional para o Registo de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos, Mafalda Gramaxo, o Secretário-Geral e Vogal da AIN - Associação das Indústrias Navais, José Ventura Sousa, o Presidente da AEC - Associação Empresarial de Cantanhede, Luís Roque, e o Presidente da AEVC - Associação Empresarial de Viana do Castelo, Luís Ceia.

No primeiro dia de visita, a CIP reuniu no Funchal com a ACIF/CCIM, num encontro em que foram discutidos vários assuntos de interesse para o tecido empresarial, entre os quais os grandes desafios que as empresas enfrentam no atual contexto económico, social e político, a insularidade e os custos inerentes a esta condição, o Centro Internacional de Negócios da Madeira e o Registo Internacional de Navios.

No segundo dia, realizou-se um seminário sobre "A Evolução dos Modelos de Negócio" que teve como oradores o Administrador Executivo do Millennium BCP, Rui Manuel Teixeira, o Presidente da PwC, José Bernardo, o Administrador do Grupo Nabeiro Delta



Cafés, Rui Miguel Nabeiro, o compositor, músico e empresário, Pedro Abrunhosa e o Presidente da Portugal In, Bernardo Trindade. A sessão foi moderada pelos jornalistas António Costa, do ECO – Economia on line, e Luís Filipe Jardim, da RTP Madeira.

Durante a sessão foram homenageados António Jardim Fernandes, do Grupo Dorisol, e José Egídio Monteiro, da Hipocloven, CA. Este ano foi decidido prestar também uma homenagem ao Grupo Cardoso, um grupo empresarial com grande tradição no setor turístico da região e que se destacou, no

ano passado, pelo investimento realizado na requalificação dos seus empreendimentos. Foram ainda homenageadas, pela sua relação de longevidade com a ACIF-CCIM, as seguintes organizações: Pestana & Pestana, Vinhos Barbeito Madeira e Manuel Hugo Luís da Silva & Filhos – Madeira Sun.

Após a sessão comemorativa, seguiu-se o Jantar de Gala, que contou com a intervenção do Ministro do Planeamento e Infraestruturas, Pedro Marques, e com a presença de vários empresários e entidades oficiais da Região. ☺

FORMAÇÃO PARA EMPRESAS E ADULTOS

FM

Formação Modular Certificada

- Ações curta duração
- Ciclos de formação

EFA

Cursos de Educação e Formação de Adultos

RVCC

Profissional e Dupla Certificação

Formação à Medida | Apoio Técnico e Organizacional

Formação Contínua - Aperfeiçoamento | Formação Contínua Certificada

CET - Especialização Tecnológica | Formação Pedagógica de Formadores



FORMAÇÃO DE JOVENS

CET

Cursos de Especialização Tecnológica
Nível 5 - Protocolos com diversos Estabelecimentos do Ensino Superior com a atribuição de créditos (ECTS)

APZ

Cursos de Aprendizagem
Nível 4
Confere o 12º Ano + Qualificação Profissional

Cursos de Qualificação Profissional - PRO

Apoios Sociais

- Bolsa de Formação
- Subsídio de Alimentação e Transporte

Uma Profissão... Um Futuro... 100% Empregabilidade...

www.cenfim.pt

www.facebook.com/cenfim.pt

CURSOS nas ÁREAS de: ■ Projeto / Desenho ■ Organização e Gestão Industrial ■ Construções Mecânicas: Maquinação Convencional ou Assistida ■ Construções Metálicas: Serralharias e Soldadura ■ Manutenção Industrial: Mecânica / Eletromecânica / Mecatrônica ■ Energia ■ Eletricidade / Eletrônica ■ Qualidade e Ambiente ■ Administrativo, Comercial ■ Marketing ■ Informática - Tecnologias de Informação ■ Educação / Formação ■ Outros.

NÚCLEOS em: ■ Amarante ■ Arcos de Valdevez ■ Caldas da Rainha ■ Ermesinde ■ Lisboa ■ Marinha Grande ■ Oliveira de Azeméis ■ Peniche ■ Porto ■ Santarém ■ Sines ■ Torres Vedras ■ Trofa

SEDE: Rua do Açúcar, 88 - 1950-010 LISBOA - Telef.: 21 861 01 50 - Fax: 21 868 49 79 - **ZONA NORTE:** Rua Conde da Covilhã, Nº1400 - 4100-187 PORTO - Apartado 8006 - 4109-601 PORTO - Telef.: 22 618 21 64/77 - Fax: 22 618 95 96 - Internet: www.cenfim.pt - www.facebook.com/cenfim.pt - E-mail: dir@cenfim.pt



AIMMAP comemora 60º aniversário

No passado dia 8 de junho teve lugar no Terminal de Cruzeiros do Porto de Leixões o jantar de comemoração dos 60 anos da AIMMAP, o qual contou com a presença e o Alto Patrocínio do Presidente da República. O evento foi um dos momentos mais importantes do programa de comemorações do aniversário da AIMMAP, o qual tem vindo a ser constituído por um conjunto de iniciativas que vão desenrolar-se ao longo do ano

DURANTE O EVENTO foram levadas a efeito várias cerimónias distintas, entre as quais a entrega do diploma de sócio honorário da AIMMAP a Leonardo Mathias, uma homenagem a todos os sócios fundadores, um reconhecimento público da PRODUTECH à AIMMAP e a entrega a esta associação por parte do Presidente da República, das insígnias de Membro Honorário da Ordem de Mérito Empresarial, Classe do Mérito Industrial. Mas para além desses o jantar contou ainda com outros pontos muito altos, nomeadamente as notáveis intervenções proferidas sucessivamente por Aníbal Campos, Presidente da AIMMAP, António Saraiva, Presidente da CIP e ainda pelo Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa.

Participaram no evento cerca de 400 pessoas, com especial destaque para largas centenas de representantes de empresas associadas da AIMMAP, as quais fizeram questão de estar presentes num momento de grande significado para a associação.

Regista-se também a presença de algumas dezenas de individualidades que se associaram com grande gosto à celebração levada a cabo pela AIMMAP.

Na sua intervenção, Aníbal Campos começou por sublinhar o facto de ser um privilégio para a AIMMAP poder celebrar 60 anos de vida num momento em que o setor metalúrgico e metalomecânico é merecedor de grande notoriedade pelo facto de ser o recordista das exportações e o campeão do investimento.

Sublinhou o trabalho desenvolvido pelas empresas do setor ao longo dos últimos anos as quais, conforme sublinhou, souberam investir na diferenciação e conseguiram passar a competir nos mercados mais exigentes pela qualidade dos produtos e equipamentos que vendem.

Realçou nesse âmbito o contributo para o sucesso do setor por parte das entidades de suporte que a AIMMAP criou e em cuja gestão se mantém ativamente, tais como o

CENFIM, o CATIM, o INEGI, a CERTIF ou a PRODUTECH.

Agradeceu o apoio dos organismos públicos presentes - como a AICEP, o IAPMEI, a ANI e a CCDDR-N -, destacando também o trabalho desenvolvido pelas autarquias com que a AIMMAP se relaciona em prol do desenvolvimento regional e de uma verdadeira descentralização.

Num outro plano, Aníbal Campos realçou o extraordinário trabalho desenvolvido pela CIP sob a liderança de António Saraiva, tendo afirmado de forma expressa que a AIMMAP o apoia de forma verdadeiramente incondicional.

Manifestando expressamente o reconhecimento pela disponibilidade e a competência dos trabalhadores das empresas do setor, Aníbal Campos fez ainda questão de enfatizar que numa sociedade democrática e madura os sindicatos não são inimigos ou sequer adversários das empresas, saudando as presenças no evento da UGT e do SINDEL.

A importância da cooperação entre as empresas do norte de Portugal e da Galiza foi igualmente sublinhada pelo Presidente da AIMMAP, o qual deixou uma palavra de grande apreço à forma leal com que a ASI-ME sempre se relacionou com a AIMMAP.

Aníbal Campos deixou ainda palavras de reconhecimento a todas as empresas que ao longo de 60 anos de vida da AIMMAP tiveram a generosidade de integrar os respetivos órgãos sociais, aos antigos Presidentes, aos seus colegas no mandato em curso – com especial destaque para todos os restantes membros da Direção –, e ainda aos colaboradores da associação, os quais, conforme disse, personificam um caso raro de amor à camisola.

Numa segunda parte da sua intervenção, o Presidente da AIMMAP lamentou que o estado português esteja a desinvestir na formação profissional, o que está a causar fortes constrangimentos ao CENFIM. Conforme referiu, em consequência direta dos cortes efetuados pelo Ministério das Finanças ao financiamento do CENFIM, a muito curto prazo as empresas do setor terão dificuldades acrescidas na contratação da mão de obra qualificada de que necessitam para poderem continuar a sua trajetória de crescimento. Lamentou ainda que, por causa disso, possa vir a ser interrompida a dinâmica exportadora do setor, ao mesmo tempo que as empresas estrangeiras que têm investido recentemente em Portugal poderão ver defraudadas as suas expectativas.

Face ao exposto, Aníbal Campos fez um apelo a todos presentes – nomeadamente membros do governo, deputados, autarcas e representantes de organismos do estado –, no sentido de apoiarem a AIMMAP nas suas legítimas pretensões para um maior apoio à formação profissional e ao CENFIM em Portugal. Ao Presidente da República pediu que uma vez mais consiga mobilizar os portugueses naquilo que têm de melhor, ajudando o poder político e a sociedade civil a identificarem corretamente as prioridades do país.

Refira-se ainda que, na sua intervenção, Aníbal Campos teceu rasgados elogios ao Presidente da República, ao qual agradeceu a generosidade da respetiva presença bem como a honra concedida à AIMMAP pelo facto de ter concedido o Alto Patrocínio da Presidência da República ao evento.

Num momento ulterior do jantar, interveio António Saraiva, atual Presidente da Direção e do Conselho Geral da CIP, que curiosamente precedeu Aníbal Campos no cargo de Presidente da Direção da AIMMAP.

António Saraiva imprimiu uma grande carga afetiva ao seu discurso, realçando os fortes



laços que o ligam a um setor onde foi trabalhador, gestor, empresário e dirigente associativo. Recordou com grande honra e orgulho o período de tempo em que, na Direção da AIMMAP, teve oportunidade de ajudar a desenvolver o setor metalúrgico e metalomecânico bem como a própria associação. E sublinhou o papel incontornável da indústria representada pela AIMMAP no contexto da economia nacional, qualificando-a como a indústria das indústrias.

Finalmente, no encerramento do evento, houve lugar à esperada intervenção do Presidente da República, o qual praticamente iniciou as suas palavras com a afirmação de que são as empresas privadas que fazem avançar a economia. Essa foi aliás uma das várias passagens do discurso de Marcelo Rebelo de Sousa que arrancaram salvas de palmas a todos os presentes. Tal como quando qualificou os empresários presentes como verdadeiros heróis nacionais que personificam uma verdadeira revolução silenciosa na economia portuguesa e quando agradeceu a Miguel Cadilhe o seu notável trabalho no governo num momento extraordinariamente difícil para o país.

O Presidente da República fez ainda questão de confessar a sua grande satisfação

pelo facto de a AIMMAP ter tomado a iniciativa de manifestar publicamente a sua gratidão a várias pessoas, tendo realçado a esse respeito a palavra dada ao anterior Presidente António Saraiva e as homenagens aos sócios fundadores e a Leonardo Mathias.

Por outro lado, Marcelo Rebelo de Sousa associou-se às preocupações do Presidente da AIMMAP no que se refere à necessidade de se investir mais na formação profissional, a qual reputou como verdadeiramente fundamental para o crescimento da economia portuguesa. Nesse contexto, defendeu que o assunto venha a ser objeto de um acordo alargado em sede de concertação social.

Finalmente, o Presidente da República louvou o trabalho desenvolvido pela AIMMAP ao longo de 60 anos de vida ao serviço de Portugal. Nessa sequência, sublinhou duas palavras que em seu entendimento simbolizavam a sua presença no jantar da AIMMAP: homenagem e reconhecimento. E para o ilustrar entregou à AIMMAP, na pessoa do seu Presidente, as insígnias de Membro Honorário da Ordem de Mérito Empresarial, Classe de Mérito Industrial, num gesto que o próprio Chefe de Estado considerou digno, justo, merecido e salutar. ☛

Novo Regulamento Geral de Proteção de Dados

A quantidade de dados que hoje é recolhida, explodiu desde a última vez que a União Europeia alterou as suas regras de proteção de dados, em 1995, com a Diretiva nº 95/46/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de outubro de 1995. Esta Diretiva, foi transposta para o ordenamento jurídico nacional através da Lei nº 67/98, de 28 de outubro de 1998



MUITOS DOS modelos de negócio que existem atualmente, seriam, na altura, apenas uma miragem para a maioria da população. A título de exemplo, a Google só foi fundada 3 anos depois desta Diretiva de 1995.

As potenciais fontes de dados são cada vez mais e não mostram sinais de abrandamento. Os sensores presentes em diversos dispositivos levam a que os cidadãos deixem um “rasto digital” das suas atividades. Com a evolução, quer tecnológica, quer dos modelos de negócio, este “rasto” tem um valor económico cada vez mais elevado para as empresas. A informação (dados) é um autêntico “combustível”, quer para suportar modelos de negócio que têm a recolha e análise de dados no seu ADN, quer para outros fins (Inovação e Desenvolvimento ou Marketing, por exemplo) por parte de empresas de base não diretamente relacionada com a recolha de dados. Face a esta evolução, as empresas têm necessidade de analisar, de forma célere, uma grande quantidade de dados, muitas vezes num formato desestruturado (devido à multiplicidade de fontes de dados), e em tempo real.

Tendo isto em consideração, vemos com naturalidade a atualização deste conjunto

de regras para uma realidade que é hoje bem distinta da de 1995. Esta atualização, é realizada, entre outros Diplomas legais, pelo Regulamento 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016, vulgo, Regulamento Geral de Proteção de Dados, que será **aplicável a partir do dia 25 de maio de 2018**.

Este novo Regulamento vem trazer algumas alterações substanciais ao panorama atual do tratamento de dados pessoais. Destacamos os seguintes pontos:

1. CONSENTIMENTO

(i) O tratamento de dados pessoais **só é lícito** se se verificar que “o titular dos dados **deu o seu consentimento** para o tratamento dos seus dados pessoais para uma ou mais finalidades específicas” - Artigo 6º, n.º 1, alínea a.

(ii) “(...) o responsável do tratamento deve poder **demonstrar que o titular dos dados deu o seu consentimento** para o tratamento dos seus dados pessoais.” - Artigo 7º, n.º 1.

“O titular dos dados tem o **direito de retirar o seu consentimento a qualquer momento**” e o mesmo deve ser tão fácil de retirar quanto de dar. No entanto, “(...) a retirada do consentimento não compromete a licitude do tratamento efetuado com base no consentimento previamente dado” – Artigo 7º, n.º 3;

2. DIREITO A SER ESQUECIDO (ARTIGO 17.º)

“O titular tem o direito de obter do responsável pelo tratamento o apagamento dos seus dados pessoais, sem demora injustificada, e este tem a obrigação de apagar os dados pessoais, sem demora injustificada (...)”. Este direito não pode ser sempre exercido, no entanto, basta que o titular dos dados **retire o consentimento em que se baseia o tratamento dos dados, para que estes sejam apagados** e, como está referido acima, **este pode ser retirado a qualquer momento**.

O ponto 3 do artigo 17.º, no entanto, apresenta exceções para o apagamento dos dados, não se aplicando este direito nos casos em que o tratamento se revela necessário, por exemplo, **entre outros**, “Por **motivos de interesse público no domínio da saúde pública** (...)”.

3. DIREITO DE PORTABILIDADE DOS DADOS (ARTIGO 20.º)

“O **titular dos dados tem o direito de receber os dados pessoais que lhe digam respeito** e que tenha fornecido a um

responsável pelo tratamento, **num formato estruturado, de uso corrente e de leitura automática**, e o **direito de transmitir esses dados a outro responsável** pelo tratamento sem que o responsável a quem os dados pessoais foram fornecidos o possa impedir (...). Para que este direito possa ser exercido, basta que o tratamento de dados se **baseie no consentimento** já referido anteriormente.

4. PROTEÇÃO DE DADOS DESDE A CONCEÇÃO E POR DEFEITO (ARTIGO 25.º)

A proteção dos dados pessoais dos titulares passa a ter de ser realizada **desde a conceção, e por defeito**, como fica claro no **ponto 1 e 2 do artigo 25.º**:

“(...) o responsável pelo tratamento aplica, tanto no momento de definição dos meios de tratamento como no momento do próprio tratamento, as medidas técnicas e organizativas adequadas, como a **pseudonimização**, destinadas a aplicar com eficácia os princípios da proteção de dados, tais como a minimização, e a incluir as garantias necessárias no tratamento, de uma forma que este cumpra os requisitos do presente regulamento e proteja os direitos dos titulares dos dados.”.

“(...) O responsável pelo tratamento aplica medidas técnicas e organizativas para assegurar que, por defeito, só sejam tratados os dados pessoais que forem necessários para cada finalidade específica do tratamento (...).”.

5. RESPONSABILIDADE DO SUBCONTRATANTE

As obrigações descritas no regulamento não se aplicam apenas às organizações que dão uso aos dados pessoais, mas também às **organizações subcontratadas para os tratar**, quer se situem no território da União Europeia ou não (embora neste último caso com algumas exceções), tal como está descrito no artigo 3.º, no ponto 1 e 2: “O presente regulamento aplica-se ao tratamento de dados pessoais efetuado no contexto das atividades de um estabelecimento de um responsável pelo tratamento **ou de um subcontratante** situado no território da



União, independentemente de o tratamento ocorrer dentro ou fora da União”.

6. ENCARREGADO DE PROTEÇÃO DE DADOS

Nos casos em que “as **atividades principais do responsável pelo tratamento** ou do subcontratante consistam em operações de tratamento que, devido à sua natureza, âmbito e/ou finalidade, **exijam um controlo regular e sistemático** dos titulares dos dados em grande escala; ou c) As atividades principais do responsável pelo tratamento ou do subcontratante consistam em **operações de tratamento em grande escala de categorias especiais de dados nos termos do artigo 9.º e de dados pessoais relacionados com condenações penais e infrações a que se refere o artigo 10.º**”, o responsável pelo tratamento e o subcontratante **têm de designar um encarregado da proteção de dados (artigo 37.º, n.º 1)**.

Este encarregado de proteção de dados terá que, entre outras obrigações, **controlar a conformidade com o regulamento**, tal como descrito no artigo 39.º, n.º 1, alínea b): “com outras disposições de proteção de dados da União ou dos Estados-Membros e com as políticas do responsável pelo tratamento ou do subcontratante relativas à proteção de dados pessoais, incluindo a repartição de responsabilidades, a sensibilização e formação do pessoal implicado nas operações de tratamento de dados, e as auditorias correspondentes”.

7. SANÇÕES (ARTIGO 83.º)

Os limites máximos do regime sancionatório variam entre “(...) **10 000 000 EUR** ou, no caso de uma empresa, até **2 % do seu volume de negócios anual a nível mundial** correspondente ao exercício financeiro anterior, consoante o montante que for mais elevado (...)” e “**20 000 000 EUR** ou, no caso de uma empresa, até **4 % do seu volume de negócios anual a nível mundial** correspondente ao exercício financeiro anterior, consoante o montante que for mais elevado (...)”. Estes limites são aplicados consoante a gravidade das infrações registadas, que se encontram listadas no artigo 83.º, no número 4, 5 e 6.

Naturalmente, esta exposição não tem a ambição de ser um “guia” para o Regulamento, mas apenas um levantamento de alguns elementos particularmente relevantes. É aconselhável uma leitura cuidada do Regulamento, pois é bastante extenso e de difícil análise em alguns aspetos.

As empresas portuguesas devem tomar consciência de que este Regulamento de é desafio significativo, com, possivelmente, coimas elevadas para incumprimentos do mesmo. É urgente uma preparação adequada das empresas portuguesas, tendo em vista a sua aplicação a partir do dia 25 de maio de 2018. ☺

WORKSHOP

A CIP – Confederação Empresarial de Portugal, organizou, em parceria com a Microsoft Portugal e Aon, um workshop sobre “O Novo Regulamento de Proteção de Dados – Desafios e Soluções para as Empresas”, que decorreu no dia 21 de junho, no Hotel Vila Galé Ópera. Contámos com um painel de quatro oradores, onde, para além de representantes da Microsoft e Aon, estiveram representantes da André, Miranda & Associados e da Mypartner. Neste workshop, houve oportunidade para conhecer o conteúdo do Regulamento e das várias etapas necessárias adotar para sua aplicação, assim como para debate sobre o tema, com os Associados da CIP. ☺

Calendário de Ações de Internacionalização

MÊS	DATA	AÇÃO	MERCADO	ASSOCIADO
JULHO	01/07 - 03/07	Playtime (Paris)	França	ATP
	01/07 - 07/07	Missão Empresarial à Argentina e Uruguai	Argentina, Uruguai	CCIP
	04/07 - 06/07	Panorama Berlin	Alemanha	APICCAPS, ATP
	04/07 - 06/07	Premium Berlin International Fashion Trade Show	Alemanha	APICCAPS, ATP
	08/07 - 10/07	Mode City (Paris)	França	ATP
	08/07 - 14/07	Missão Empresarial à Colômbia	Colômbia	AIP
	09/07 - 10/07	Modefabriek (Amesterdão)	Países Baixos	APICCAPS
	09/07 - 13/07	Missão Empresarial ao Dubai	EAU	AIDA
	10/07 - 14/07	Missão Empresarial à Roménia	Roménia	CCIP
	11/07 - 13/07	Milano Unica	Itália	ATP
	15/07 - 19/07	Missão Empresarial à Costa do Marfim (Abidjan)	Costa do Marfim	AEP
	16/07 - 17/07	Bubble London	Reino Unido	ATP
	16/07 - 18/07	Project (Nova Iorque)	EUA	ATP
	16/07 - 18/07	MRKET (Nova Iorque)	EUA	ATP
	16/07 - 19/07	Missão Empresarial a Israel	Israel	CCIP
	19/07 - 20/07	The London Textile Fair	Reino Unido	ATP
	23/07 - 25/07	Pure London Footwear & Fashion	Reino Unido	APICCAPS, ATP
	25/07 - 27/07	Colombiamoda (Medellin)	Colômbia	APICCAPS, ATP
	26/07 - 30/07	Feria FILDA - Feira Internacional de Luanda	Angola	AEP
AGOSTO	06/08 - 08/08	Children's Club NY	EUA	ATP
	09/08 - 11/08	CIFF - Copenhagen International Fashion Fair	Dinamarca	APICCAPS, ATP
	14/08 - 16/08	WSA@MAGIC (Las Vegas)	EUA	APICCAPS, ATP
	20/08 - 23/08	NY Now	EUA	ATP
	23/08 - 26/08	Formex (Estocolmo)	Suécia	ATP
	27/08 - 29/08	Gallery Shoes (Dusseldorf)	Alemanha	APICCAPS
	30/08 - 02/09	CPM Moscovo	Rússia	ATP
SETEMBRO	Setembro	Missão Empresarial aos EUA	EUA	AIP
	Setembro	Feira EMO - World Machine Tools	Alemanha	AIMMAP
	01/09 - 03/09	MOMAD Metropolis Footwear & Leather Fair (Madrid)	Espanha	APICCAPS, ATP
	02/09 - 06/09	Missão Empresarial a Moçambique	Moçambique	NERSANT
	05/09 - 07/09	Munich Apparel Source	Alemanha	ATP
	05/09 - 07/09	Poznan Fashion Fair	Polónia	ATP
	05/09 - 08/09	Kazbuild (Almaty)	Cazaquistão	AIMMP
	05/09 - 09/09	Munich Fabric Start	Alemanha	ATP
	06/09 - 08/09	Missão Empresarial aos EUA (Nova Iorque)	EUA	AEP
	05/09 - 09/09	Missão Empresarial a Cuba	Cuba	AIDA
	08/09 - 11/09	Who's Next Prêt-à-Porter Paris	França	APICCAPS, ATP
	08/09 - 12/09	Maison & Objet (Paris)	França	ATP
	10/09 - 14/09	Missão Empresarial ao México	México	AEP
	11/09 - 15/09	Missão Empresarial ao Canadá	Canadá	AIP, NERSANT
	12/09 - 15/09	Feira IAA - 67º Salão Internacional do Automóvel (Frankfurt)	Alemanha	AEP, AFIA
	14/09 - 17/09	Kind&Jugend (Colónia)	Alemanha	ATP
	17/09 - 19/09	Coterie (Nova Iorque)	EUA	ATP
	17/09 - 19/09	Footwear@Coterie (Nova Iorque)	EUA	APICCAPS
	17/09 - 19/09	Sourcing@Coterie (Nova Iorque)	EUA	ATP
	17/09 - 19/09	Edit (Nova Iorque)	EUA	ATP
	17/09 - 19/09	Stitch (Nova Iorque)	EUA	ATP
	17/09 - 20/09	Mipel The Bags Show (Milão)	Itália	APICCAPS
	17/09 - 20/09	Decorex Internacional (Londres)	Reino Unido	AIMMP
	17/09 - 20/09	theMICAM (Milão)	Itália	APICCAPS
	17/09 - 23/09	Missão Empresarial à Austrália	Austrália	CCIP
	18/09 - 20/09	Feira GULFHOST (Dubai)	EAU	AEP
	18/09 - 20/09	Hotel Show Dubai	EAU	AIMMP
	18/09 - 22/09	Missão Empresarial ao Peru	Peru	AIDA
	19/09 - 21/09	PV Manufacturing (Paris)	França	ATP
	19/09 - 21/09	Première Vision (Paris)	França	ATP
	19/09 - 21/09	Baltic Textile & Leather	Lituânia	ATP
	19/09 - 21/09	Missão Empresarial Austrália (Sidney)	Austrália	AEP
	20/09 - 22/09	Feira EXPOCOTELCO (Cali)	Colômbia	AEP

MÊS	DATA	AÇÃO	MERCADO	ASSOCIADO
SETEMBRO	20/09 - 23/09	Feira 100% Design (Londres)	Reino Unido	APICER
	20/09 - 24/09	Intergift (Madrid)	Espanha	ATP
	23/09 - 25/09	Momad Metrópolis (Madrid)	Espanha	APICCAPS
	23/09 - 27/09	Missão Empresarial à Índia	Índia	AEP, AFIA
	26/09 - 29/09	Expobiomassa (Valladolid)	Espanha	AIMMP
OUTUBRO	Outubro	Missão Empresarial à Rússia	Rússia	CCIP
	Outubro	Missão Empresarial ao Chile	Chile	AIMMAP
	Outubro	Missão Empresarial à Colômbia	Colômbia	AIMMAP
	Outubro	B2B Meet (Torino)	Itália	CEC
	Outubro	Missão Empresarial aos EUA (S. Francisco)	EUA	NERLEI
	02/10 - 06/10	Feira Midest Paris 2017	França	AIDA, AIMMAP
	04/10 - 06/10	Linapelle Leather Exhibition (Milão)	Itália	APICCAPS
	04/10 - 06/10	Missão Empresarial à Etiópia (Adis Abeba)	Etiópia	AEP
	08/10 - 12/10	Missão Empresarial à Zâmbia	Zâmbia	CCIP
	08/10 - 14/10	Missão Empresarial à Argentina e Chile	Argentina, Chile	AEP
	11/10 - 13/10	Fashion World Tóquio	Japão	APICCAPS, ATP
	11/10 - 13/10	Intertextile Shanghai Apparel Fabrics	China	ATP
	12/10 - 19/10	Missão Empresarial aos EAU (Dubai e Qatar)	EAU	NERLEI
	14/10 - 18/10	High Point Market Fall (High Point)	EUA	AIMMP
	15/10 - 20/10	Missão Empresarial ao Cazaquistão	Cazaquistão	AEP
	15/10 - 20/10	Missão Empresarial ao Vietname	Vietname	AIP, NERSANT
	17/10 - 19/10	JITAC European Textile Fair (Tóquio)	Japão	ATP
	17/10 - 20/10	A+A (Düsseldorf)	Alemanha	ATP
	19/10 - 22/10	Expotextil Peru	Peru	ATP
	23/10 - 26/10	Feira SAUDI BUILD & STONE TECH (Riyadh)	Arábia Saudita	AEP
	23/10 - 27/10	Missão Empresarial à Colômbia (Bogotá)	Colômbia	AIDA
	24/10 - 26/10	SpaceTech Expo (Bremen)	Alemanha	CEC
	24/10 - 27/10	Obuv Mir Kozhi International Exhibition for Shoes and Leather Products	Rússia	APICCAPS
	27/10 - 01/11	Missão Empresarial ao Irão (Teerão)	Irão	AEP, CCIP
	30/10 - 03/11	Feira FIHAV (Havana)	Cuba	AEP
	31/10 - 02/11	Feira GULFOOD MANUFACTURING (Dubai)	EAU	AEP
NOVEMBRO	Novembro	Missão Empresarial à Guiné Equatorial	Guiné Equatorial	AEP
	Novembro	Missão Empresarial ao México	México	CCIP
	Novembro	Missão Empresarial ao Panamá	Panamá	CCIP
	Novembro	Feira Elmia	Suécia	AIMMAP
	02/11 - 05/11	Acetech Mumbai / iDecorama	Índia	AIMMP
	03/11 - 09/11	Missão Empresarial ao Irão (Teerão)	Irão	NERLEI
	05/11 - 10/11	Missão Empresarial ao Uzbequistão (Tashkent)	Uzbequistão	AEP
	06/11 - 09/11	Missão Empresarial à Alemanha	Alemanha	AIP
	06/11 - 09/11	Decofair Arábia Saudita (Jeddah)	Arábia Saudita	AIMMP
	06/11 - 10/11	Feira BATIMAT (Paris)	França	AEP
	07/11 - 10/11	Missão Empresarial a França (Paris)	França	AEP
	08/11 - 09/11	Performance Days (Munique)	Alemanha	ATP
	09/11 - 11/11	Feira SALORA Senegal (Dakar)	Senegal	AEP
	12/11 - 19/11	Missão Empresarial à China / Macau	China	AIP, NERSANT
	13/11 - 16/11	MEDICA (Düsseldorf)	Alemanha	ATP, CEC
	13/11 - 16/11	Feira MARKETPLACE AMÉRICAS 2017 (Miami)	EUA	AIDA
	14/11 - 16/11	Feira FHC China	China	AEP
	14/11 - 18/11	Missão Empresarial a S. Tomé e Príncipe	S. Tomé e Príncipe	AEP
	15/11 - 22/11	III Fórum Empresarial Angola-Portugal c/extensão à Namíbia (Luanda e Windhoek)	Angola e Namíbia	AEP
	18/11 - 20/11	Portugal Premium China	China	AEP
	19/11 - 24/11	Missão Empresarial à Colômbia	Colômbia	CCIP
	20/11 - 22/11	Interior Lifestyle Living (Tóquio)	Japão	ATP
	23/11 - 25/11	Funeraire Paris	França	AIMMP
	26/11 - 29/11	Feira BIG 5 SHOW (Dubai)	EAU	AEP, APICER
	26/11 - 30/11	Missão Empresarial ao Dubai	EAU	AIDA
	27/11 - 01/12	Missão Empresarial ao Brasil (Belo Horizonte e São Paulo)	Brasil	AEP
DEZEMBRO	Dezembro	Missão Empresarial aos Emiratos Árabes Unidos	EAU	CCIP
	04/12 - 06/12	Feira EXPODEFENSA (Bogotá)	Colômbia	AEP

O PO CH no apoio à qualificação dos portugueses

Até 31 de Março de 2017, o Programa Operacional Capital Humano (PO CH) aprovou 1.543 operações, correspondendo a 24% das operações aprovadas no Portugal 2020. Mais de 2 mil milhões de euros, dos quais 1,8 mil milhões financiados pelo Fundo Social Europeu, apoiaram 247 mil formandos (125.906 mulheres e 121.272 homens) entre 2014 e 2016

ESTES RESULTADOS resultam do trabalho efetuado desde 2014 - data de início do período de programação - e visam contribuir para a implementação da Estratégia da União Europeia para 2020, através do Programa Nacional de Reformas de Portugal.

O PO CH é o Programa no âmbito do Portugal com mais despesa paga e tem a 2ª maior taxa de execução até ao final do 1.º trimestre de 2017, só superada pelo Programa de Desenvolvimento Rural (PDR). Com os resultados atingidos o PO CH já comprometeu 57% da sua dotação total disponível para aplicar até 2020 no apoio à qualificação das pessoas, valor acima da média do Portugal 2020 e que corresponde a uma das taxas de compromisso mais elevadas dos Programas Operacionais, só superada pelos Programas de Desenvolvimento Rural (PDR) do Continente e Açores.

A ação do PO CH abrange todos os níveis de ensino e as regiões do território continental que apresentem um menor nível de desenvolvimento (Norte, Centro e Alentejo). Neste contexto, a região Norte é a que apresenta mais candidaturas aprovadas (740), num montante total de financiamento de 1.091 M€ (53%) seguida pela região Centro, com um financiamento de 713 M€ (34%) correspondentes a 590 candidaturas. Na região do Alentejo foram aprovados 203 projetos, totalizando um financiamento de 170 M€ (8%).

Áreas de formação e de estudo apoiadas pelo PO CH

Tendo por referência o universo dos 247.178 participantes, procedeu-se à identificação dos beneficiários apoiados em áreas de formação e de estudo que se encontram em destaque nesta edição da revista Indústria (Metalurgia e Metalomecânica, Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção). Não obstante, o PO CH apoia um catálogo de formações transversais aos diversos setores da atividade económica, pelo que os números apresentados de seguida não devem ser interpretados

como sendo o único contributo do PO para os setores referenciados.

Do conjunto dos formandos e bolsiros aprovados de acordo com o objetivo referido (36 757), constata-se que 61% integra ações de formação que conferem o nível de escolaridade de grau ISCED 3 (ensino secundário) ou qualificação profissional de nível 4, correspondendo a um custo total aprovado de 138 Milhões €.

Verifica-se que as primeiras três áreas de formação/estudo com níveis de frequência mais elevados e concomitantemente de investimento financeiro superior por nível de ensino são:

i) Metalurgia e Metalomecânica, ii) Produção

Agrícola e Animal e iii) Tecnologias dos Processos Químicos (nível secundário);

i) Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção, ii) Agricultura e iii) Ciências da Saúde (ensino superior).

No período de Programação do Portugal 2020, a filosofia dos apoios concedidos pelo PO CH assenta na orientação para resultados e nesta medida, as metas dos indicadores de resultado contratualizadas com as entidades beneficiárias de projetos formativos focam-se no prosseguimento de estudos e/ou na empregabilidade, exigindo-se um mínimo de 50% seis meses após a conclusão da formação. ☺

Para mais informações consulte www.poch.portugal2020.pt

2,1 Mil Milhões €
aprovados

Taxa de Execução
de **28%**

1,1 Mil milhões €
de pagamentos
aos beneficiários

PO CH tem como principal missão contribuir para um Portugal mais qualificado, inteligente, competitivo, inclusivo e sustentável. Uma economia competitiva requer pessoas que acrescentem valor e façam a diferença, imperando a necessidade de investir na eficácia do alinhamento entre o desenvolvimento de competências e as exigências do mercado de trabalho, bem como valorizar o conhecimento e potenciar a sua transferência para o tecido empresarial.

O PO CH, através do cofinanciamento do Fundo Social Europeu (FSE) e de Participação Nacional Pública, visa contribuir para até 2020 reduzir para 10% as taxas de abandono escolar precoce (≈ 18% em 2014), aumentar para 40% a número de diplomados no ensino superior (31,3% em 2014) e aumentar para 15% a taxa de participação de adultos em ações de formação (9,6% em 2014). ☺

Autoridade de Gestão do PO CH



NOTA

1- Tipologias abrangidas: até ao Ensino Secundário (Cursos de Aprendizagem, Cursos Profissionais, Cursos de Educação e Formação de Jovens, Cursos de Educação e Formação de Adultos e Cursos Básicos do Ensino Artístico e Especializado) e Ensino Superior (Bolsas de Ação Social para Alunos Carenciados e Bolsas de Doutoramento e Pós-doutoramento).

MAIS INOVAÇÃO MAIS SAÚDE



Fonte: Lichtenberg, 2012

73
%

IMPACTO DOS
MEDICAMENTOS
NA ESPERANÇA
DE VIDA

A investigação
e o desenvolvimento
de medicamentos inovadores
permite que hoje vivamos mais,
com mais saúde e mais qualidade
de vida.



+ 6 anos

Fonte: OCDE

1990

2014

A INDÚSTRIA FARMACÊUTICA
CONTRIBUI PARA
O PROGRESSO ECONÓMICO
E SOCIAL DE PORTUGAL

8.000
Empregos
Directos

1.125 M€
Exportações

1.500 M€
Produção
Farmacêutica

75 M€
Investimento
em I&D

142
Ensaio
Clínicos

Fonte: INE, Infarmed, IPCTN

COMPROMISSO PARA UM FUTURO SUSTENTÁVEL

Insistir na qualificação

À medida que o digital ganha terreno, maior é a necessidade de se apostar na qualificação. Os mais renitentes nesta matéria poderão perguntar “mas porquê insistir na qualificação se o mundo muda tão rapidamente que o que se aprende hoje não será, por certo, necessário no futuro?”



É VERDADE que muito do que aprendemos no passado é hoje considerado ultrapassado ou até mesmo errado, porque os avanços científicos vieram revelar outras verdades ou desvendar o que até então era desconhecido, mas há algo que justifica, de forma inquestionável, a necessidade de apostarmos na qualificação.

Antes de mais, quando falamos de qualificação, falamos do desenvolvimento de competências (sejam de natureza mais científica e técnica – as chamadas *hard skills* – ou mais transversal – as *soft skills*). E se as primeiras tendem a tornar-se mais rapidamente obsoletas (porque o conhecimento evolui a as profissões alteram-se), já as segundas são o garante da manutenção da empregabilidade, a médio e longo prazo, e a condição para que novas *hard skills* possam ser desenvolvidas, pela vida fora, mantendo-nos ajustados à evolução que o mercado de trabalho e a vida vão sofrendo.

Por estes motivos, são cada vez mais frequentes os estudos que incidem neste tipo de competências, que associam capacidades a atitudes e comportamentos, como a comunicação, a liderança, o trabalho em equipa, a criatividade ou a resolução de problemas. Inclusive há já preocupação em

medir o seu impacto e em determinar o seu peso na formação do valor acrescentado bruto – 7,9% no caso da economia portuguesa, de acordo com o estudo “As *soft skills* em Portugal: presença, intensidade e relevância” da responsabilidade da Augusto Mateus & Associados.

Defende-se também que estas são as competências determinantes para que nos sintamos interessados em continuar a aprender e a aprender de forma autónoma, o que é essencial, ou até mesmo vital, precisamente porque já não é possível pensar que, ao longo da nossa vida, há um período inicial em que vamos aprender, para, depois, haver outro onde apenas basta colocar em prática o que se aprendeu.

Como as competências determinantes agora deixam de o ser num futuro muito próximo, aprender é uma condição *sine qua non* da nossa (sobre)vivência, não só para efeitos de manutenção da nossa condição de empregabilidade mas também da nossa cidadania ativa e atuação nas esferas em que intervimos.

Com isto, não se quer dizer que tenhamos

todos de voltar novamente aos bancos das escolas, pois as competências não advêm apenas do que se adquire formalmente nos espaços escolares. Cada vez mais, os espaços de aprendizagem são também aos locais de vivência social e, em particular, aos ambientes empresariais.

Hoje, as empresas que não forem capazes de instituir a aprendizagem como algo de vital, depressa estarão condenadas a desaparecer. As tarefas mais rotineiras e automatizadas podem ser progressivamente substituídas por máquinas mas as máquinas, por si só, apenas farão aquilo para as quais forem programadas. Não serão capazes – pelo menos nesta fase – de pensar criticamente, de propor inovações e de agir com criatividade.

Essas são tarefas que continuarão a caber aos seres humanos e para as quais são necessárias doses continuadas de aprendizagem que permitam que os seres humanos e as empresas se reinventem continuamente. A aprendizagem (inicial e contínua) parece pois ser a única certeza de um futuro que se tem, garantidamente, como incerto. ☯

Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional

Qualificação

O **PRODUTECH**, tem em curso o «**Projeto Qualificação**», que visa implementar iniciativas e serviços de valor acrescentado promovendo a capacitação das estratégias empresariais para os fatores críticos de competitividade, em particular ao nível da inovação, cooperação e inteligência estratégica.

ATIVIDADES

- Informação Vigilância e Monitorização
- Inteligência Estratégica
- Capacitação, Cooperação e Interclusterização
- Divulgação e Disseminação

SERVIÇOS

- PRODUTECH OPEN DAYS
- Acesso a Informação Estratégica
- Workshops de cooperação e capacitação
- Dinamização de projetos (I&D e Inovação)
- Divulgação de resultados, entre outros

Para mais informações contactar:

PRODUTECH

Rua dos Plátanos, nº 197
4100-414 Porto
PORTUGAL

Tel. (+351) 226 166 897
Fax. (+351) 226 166 899
E-mail: geral@produtech.org

www.produtech.org

BREVES

Medidas Capitalizar

As medidas e apoios disponíveis às empresas no âmbito do “Programa Capitalizar” vão ser apresentadas numa sessão organizada pela AIP, no dia 10 de julho, às 10h, no auditório II do Centro de Congressos de Lisboa. A ministra da Justiça, Francisca Van Dunem, intervém na abertura desta sessão, e o ministro da Economia, Manuel Caldeira Cabral, encerra os trabalhos. José Eduardo Carvalho e José António Barros, presidentes da AIP, e da Estrutura de Missão para a Capitalização das Empresas, também serão oradores.

Prémios Secil

Os prémios Secil distinguem, há 25 anos, grandes obras de engenharia em Portugal, contribuindo para o seu conhecimento, estudo e divulgação. O Prémio Secil de Engenharia Civil 2014 foi atribuído ao Aproveitamento Hidroelétrico do Baixo Sabor, por unanimidade, pelo Júri do Prémio Secil, presidido pelo Eng. António Campos Matos.

Financiamento recorde

A Homeit, plataforma portuguesa que permite gerir remotamente unidades de alojamento local, tornou-se na primeira startup portuguesa a financiar-se em tempo recorde. Ao recorrer à Seedrs, a maior plataforma europeia de equity crowdfunding, a startup conseguiu angariar financiamento por parte de investidores em todo o mundo e captou os 250 mil euros pretendidos em apenas quatro dias.

Cross-selling

A Lavoro, marca do sector do calçado profissional em Portugal, e a Robbia-lac, estabeleceram um acordo que prevê a comercialização de quatro modelos Lavoro nas 60 lojas desta empresa do grupo Cromology, um dos líderes mundiais na área das tintas. «A necessidade de reforçar a segurança e a protecção, quer dos pintores profissionais, quer dos ocasionais é o que motiva a parceria destas marcas portuguesas, focadas na melhoria contínua dos seus serviços, bem como da experiência e da satisfação dos clientes», explica José Freitas, director da ICC – Lavoro.

Com base em informação de Associações

REVISTA “INDÚSTRIA” ANALISA MERCADO EMPRESARIAL

Com o objetivo de dar a conhecer um pouco melhor a realidade empresarial de Portugal e o comportamento dos diferentes setores de actividade, a Revista “INDÚSTRIA” está a lançar um desafio às Associações filiadas na CIP para fazerem um balanço, um enquadramento e uma prospetiva dos mercados industriais que representam.

Com base em informação atualizada e recolhida por quem de bem perto conhece as necessidades reais dos operadores económicos, o seu desenvolvimento e os fatores que podem contribuir para o crescimento, a nível interno e nas exportações, ao longo das próximas edições vai ser publicada informação que permita traçar o perfil comportamental dos vários setores empresariais.

Em complemento com a análise de Conjuntura Económica que o leitor já se habituou a ler nas páginas iniciais da Revista, esta nova abordagem editorial permite um foco mais detalhado nos diferentes setores e sub-setores do nosso tecido económico.

Sem a pretensão de constituir um estudo de mercado exaustivo, esta nova rubrica pretende ser um espelho do vasto e importante trabalho que as



Associações realizam em prol dos seus Associados e do movimento empresarial português.

Esta é mais uma iniciativa que vai ao encontro dos objetivos propostos por António Saraiva, realçando que a CIP deve estar “ao serviço do desenvolvimento económico e social do nosso País, de modo a contribuir para a ultrapassagem das dificuldades e dos bloqueamentos que têm vindo a condicionar a evolução da economia portuguesa. Fá-lo-emos através da nossa intervenção nas quatro áreas prioritárias que elegemos: Promoção da competitividade e do crescimento económico, Reforço do papel e da influência do associativismo empresarial, Diálogo social e relações laborais e Reforço da intervenção no âmbito da UE e da lusofonia económica”. ☺

NOVO CARGO NA BUSINESSEUROPE REFLETE PRESTÍGIO DA CIP

A CIP – Confederação Empresarial de Portugal integra, desde 1981, a BusinessEurope (que sucedeu à UNICE) e viu agora o seu papel reforçado com a nomeação de um dos seus representantes para um cargo de prestígio, dentro da estrutura da organização.

O representante da CIP no Comité para Assuntos Económicos e Financeiros (ECOFIN) da BusinessEurope, Pedro Capucho, foi nomeado Vice-Presidente desta estrutura, para um mandato de dois anos, com início em julho de 2017, renovável por uma vez.

O ECOFIN é um dos sete comités políticos em que BusinessEurope se estrutura, contando com representantes dos 39 membros desta organização que congrega as principais confederações de empregadores de 34 países europeus. A presidência do Comité ECOFIN é exercida presentemente pelo representante da Confederação irlandesa (IBEC). A CIP substitui agora o MEDEF (França) numa das duas vice-presidências, continuando a BDI (Alemanha) a ocupar a outra.

A CIP é o único membro português da BusinessEurope e a nomeação de Pedro Capucho vem demonstrar o reconhecimento da competência e do nível de intervenção da CIP nas estruturas da BusinessEurope. ☺

RENEWABLES GRID INITIATIVE DISTINGUE REN

O projeto da REN para a “reconversão das faixas de servidão” das suas infraestruturas foi escolhido como projeto de referência no prémio “Good Practice of the Year” 2017, na categoria de Proteção Ambiental. Este Prémio é uma iniciativa organizada pela Renewables Grid Initiative, numa colaboração de Organizações não Governamentais (ONG's) e Transmission System Operators (TSO's) de toda a Europa, e que visa a promoção e desenvolvimento de redes transparentes e sensíveis do ponto de vista ambiental, para permitir o crescimento contínuo da energia renovável e transição energética.

Com vista a garantir a segurança de exploração das linhas, a legislação em vigor estabelece uma zona de proteção/faixa de servidão com uma largura de 45 metros, onde se pode cortar ou decotar as árvores necessárias para garantir a distância mínima de segurança. A reconversão da faixa de proteção de uma linha consiste em alterar o uso do solo para vinhas, pastagens, pomares ou outras atividades agrícolas e alterar a ocupação do solo, substituindo as espécies florestais existentes por outras que permitam cumprir as distâncias mínimas de segurança e



que, ao mesmo tempo, permitam rentabilizar a propriedade (Sobreiro, Medronheiro, Oliveira e Pinheiro manso, estão entre as espécies mais eleitas).

Com este reconhecimento, o projeto da REN integrou a brochura das distinções, entregue na cerimónia de entrega de prémios, que decorreu no Fórum Europeu de Infraestruturas de Energia, a 1 de Junho, em Copenhaga. Pode consultar a brochura aqui.

O júri do prémio “Good Practice of The Year” é composto por personalidades ligadas à área, como Pierre Jean Coulon, membro do Comité Económico e Social Europeu, Catharina Sikow-Magny, Responsável pela Unidade B1 da Direção Geral de Energia da Comissão Europeia, Marie Donnelly, Diretora para as Novas e Renováveis Fontes de Energia, Inovação e Eficiência Energética, na Direção geral de Energia da Comissão Europeia, entre outros. ☺

BIAC DISCUTE AMEAÇAS À GLOBALIZAÇÃO



No dia 6 de junho, a CIP participou na Assembleia Geral do Business at OECD (BIAC), organização que representa a comunidade empresarial junto da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE).

Esta Assembleia Geral, que acolheu o regresso da representação das empresas do Canadá à organização, focou-se na discussão sobre a contribuição das empresas para o atual debate sobre a globalização. Concluiu-se pela necessidade de uma melhor comunicação dos seus benefícios, face à ameaça do protecionismo, e por uma mensagem em defesa de uma economia aberta, competitiva e que assegure a participação de todos, através da promoção das qualificações e competências requeridas pela era digital.

Nesta reunião foram também apresentados e discutidos os resultados do inquérito sobre o clima empresarial, que aponta para uma melhoria, embora com margem para alcançar condições mais favoráveis ao investimento empresarial. A incerteza sobre a envolvente política e regulatória continua a ser um importante obstáculo para um clima mais propício ao comércio internacional e ao investimento. ☺

BREVES

Responsabilidade social

A Siemens Portugal foi reconhecida mais uma vez, pela Associação Portuguesa de Ética Empresarial (APEE), pelas boas práticas de Responsabilidade Social com o prémio na categoria de Comunidade. A associação, esta quarta-feira, distinguiu a implementação de políticas e modelos de boa governação em organizações dos setores público e privado.

Formação logística

A MCS Portugal e a ENIDH – Escola Náutica Infante D. Henrique já encerraram o segundo Curso de Especialização em “Shipping & Logistics Management”, iniciado em outubro de 2015, com 29 alunos, 27 dos quais terminaram com sucesso, após 420 horas de formação profissional, visitas a Portos, Terminais de Carga e muito mais. Esta é a segunda turma de alunos formados num curso único e inovador em Portugal que, na sua 1ª edição, teve uma taxa de empregabilidade de 99%.

Aquisição na P&G

O Grupo Hartmann, um dos principais fornecedores internacionais de produtos médicos e sanitários, concluiu, com sucesso, a operação de aquisição da Lindor- Procter & Gamble (P&G), uma das mais reconhecidas marcas de produtos profissionais de incontinência para adultos em Portugal e Espanha.

Best Customer Service

A Teleperformance acaba de ser reconhecida pela Contact Center World (CCW) com o 1º lugar na categoria Best Customer Service da região EMEA – Europa, Middle East and Africa. Na cerimónia que decorreu em Londres, a CCW atribuiu ainda à empresa a distinção Silver na categoria Best Contact Center, tendo a Teleperformance em Portugal assegurado também a oportunidade de representar a região EMEA na competição mundial, que decorrerá a 1 de novembro de 2017.

Ao longo dos anos, a Teleperformance em Portugal tem apostado fortemente na evolução do seu serviço ao cliente, não só através da formação e qualificação dos seus profissionais, mas também através do investimento em inovação e soluções tecnológicas de apoio.

BREVES

Relatório de sustentabilidade

A Luis Simões lançou o seu mais recente Relatório de Sustentabilidade que foca o ano de 2016 numa perspectiva mais ampla, desde o desempenho da frota renovada aos projetos de formação focados no desenvolvimento de pessoas e equipas, salientando-se o projeto CHANGE desenvolvido em parceria com o Cliente Heineken.

Fundo de pensões

O Fundo Horizonte Valorização da Ocidental Pensões foi reconhecido pela Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Património (APFIPP) com o prémio de Melhor Fundo de Pensões Aberto, na categoria nível de risco ISRR4, pelo segundo ano consecutivo, tendo a Ocidental Pensões apresentado um valor de rentabilidade média anual de 3,7%.

Negócios em franchising

Em 2016, o franchising contribuiu com 2,79% do PIB nacional, representando um volume de negócios de 5.167 milhões de euros e 117.450 postos de emprego, correspondendo a 2,55% do emprego em Portugal, no ano passado. As conclusões são do 22º Censo do Franchising 2016, apresentadas na Expofranchise, o maior encontro de franchising do país, que teve lugar a 2 e 3 de junho, em Lisboa.

Ciência e tecnologia

São João da Madeira recebeu, de 1 a 3 de junho, a 3ª Edição do TECNÉT Business Camp, evento que integrou o XI.º Encontro Ibérico de Parques de Ciência e Tecnologia - A afirmação da Rede Ibérica dos PCT no panorama europeu. A iniciativa foi relevante para estreitar laços numa aliança ibérica em torno da inovação e do reforço competitivo, tanto para a Europa como para os mercados africanos e americanos onde a língua e a proximidade cultural nos abrem oportunidades de penetração.

10 Anos Prio

"10 Anos. Por nós, Portugueses" é o mote da campanha que pretende celebrar o 10º aniversário da PRIO junto dos consumidores portugueses. Desenvolvida pela DDB Lisboa, esta campanha estará presente em TV, cinema e ponto de venda a partir de 7 de julho, tendo já arrancado no digital.

CAIXA DE RECOLHA SEW-EURODRIVE

Apresentando um serviço que classifica como "mais rápido, mais eficiente e mais seguro", a Sew-Eurodrive sublinha que, "mesmo na logística do transporte, o serviço personalizado de Recolha e Entrega toma conta na perfeição da tecnologia de Acionamentos e Automação dos seus clientes". A empresa acrescenta que se trata de um conceito de logística adaptado às necessidades, no qual os clientes podem tirar proveito de outros serviços em conjunto com o serviço simples e rápido de Recolha e Entrega dos seus acionamentos.

A empresa garante que o utilizador terá acesso ao serviço de que realmente necessita com total proteção dos acionamentos e com as seguintes mais-valias:

- Recolha e Entrega de acionamentos de todas as marcas/fabricantes,
- Prestação de soluções alternativas para cada requisito de logística,
- Tempos de resposta curtos após a receção dos dados necessários,
- Criação da documentação de transporte (a pedido),
- Embalagem para transporte seguro dos acionamentos no local (a pedido),



- Desmontagem e instalação de acionamentos no local (a pedido).

Os clientes podem ainda utilizar o serviço de entrega/recolha personalizado para a rápida verificação dos seus acionamentos. Este é um processo muito simples utilizando a Caixa de Recolha SEW: o cliente pode decidir quando e onde é feito o levantamento da Caixa de Recolha SEW e quando ocorrerá a sua entrega. A empresa tem uma equipa especializada que trata de todo este processo, desde o fornecimento da Caixa de Recolha SEW até ao seu levantamento e transporte. ☺

TOYOTA LOGISTIC DESIGN COMPETITION

A Toyota Material Handling Europe está à procura de designers europeus para assumir a logística futura na distribuição de encomendas. O concurso de design deste ano enquadra-se com as tendências dos consumidores, relacionadas não só com a decisão online, mas também, e cada vez mais, com as compras online.

Como o comércio eletrónico se está a tornar comum, o tempo de entrega mais rápido é uma prioridade, mas nem sempre é uma realidade devido a fatores subjacentes, como o tráfego. A Toyota está a desafiar estudantes de design a abandonar a ideia da cadeia de abastecimento tradicional e a criar uma solução rápida, sustentável e revolucionária que facilite a entrega direta e otimize esta última etapa para os clientes. Pensando no futuro e tendo em conta as tendências da indústria, os participantes são incentivados a manter em mente a herança e inovação da Toyota como inspiração. «Quando lançamos o Concurso Toyota Logistic Design Competition (TLDC) há quatro anos atrás, não podíamos ter antecipado o interesse que despertaria nos estudantes e finalistas de design europeu. Atualmente, três participantes das edições anteriores estão a trabalhar no Centro de Design e começar um diálogo com jovens designers é a nossa forma de permanecer abertos a novas ideias e atentos ao mundo», diz Magnus Oliveira Andersson, Chefe de Design da Toyota Material Handling Europe.

O concurso já está aberto e as inscrições fecham a 22 de outubro 2017. Todos os estudantes europeus de design e finalistas (2017) são convidados a participar, tendo ainda a oportunidade de ganhar um prémio de 5.000,00€. Os projetos vencedores serão exibidos na CeMAT 2018.

Os participantes podem encontrar mais informações e participar do concurso via o site da Toyota Logistic Design Competition page ☺



Serviço de Recolha e Entrega



Simplifique o seu serviço de logística, deixe o transporte da sua tecnologia de acionamento por nossa conta com a Caixa de Recolha da SEW-EURODRIVE.

INTERNACIONALIZAÇÃO:

Branding Intelligence

A PROGRESSIVA conquista das marcas portuguesas nos mercados, obriga a uma atenção redobrada a todos os aspetos de competição empresarial.

Uma empresa que arrisque comercializar uma marca no estrangeiro sem a proteger e sem apuradas estratégias de branding intelligence, poderá ser banida desse mercado.

Elevar o conceito de branding implica elevar a reputação da marca, dar imagem de credibilidade no mercado. Significa: “estou aqui para ficar!”.

Algumas estratégias simples podem ditar o sucesso.

BRAND SEARCH

Uma marca comercializada em Portugal pode ter uma designação ou uma figura não aceite em outro país, não só por já existir uma igual ou semelhante, mas também porque pode ofender os costumes locais. Um estudo de viabilidade de registo da “Marca Exportadora” pode ser um passo muito importante para evitar problemas futuros, quando os produtos já estão no mercado e os danos poderão ser muito maiores. Algumas empresas já entraram inadvertidamente em conflito com marcas já existentes no destino de exportação, o que lhes provocou elevados prejuízos e necessidade de rebranding.

EMPREENDEDORISMO “IN HOUSE”

Não são apenas as startups a inovar, a inovação está atualmente em todas as empresas de todos os setores, não só nos que têm os núcleos de I&D. Algumas inovações são disruptivas e podem e devem ser patenteadas! As marcas não se patenteiam, mas as patentes devem ter uma marca! Parece confuso? Imaginemos uma inovação tecnológica que pode ser patenteada e que dá origem a uma nova máquina de lavar automóveis. Atribuir-lhe uma marca vai dar-lhe credibilidade e notoriedade no mercado, mas a patente vai atribuir um monopólio por impedir que, durante 20 anos, alguém faça negócio com esta inovação que é exclusiva do seu titular. Este conceito é válido tanto em Portugal, como no estrangeiro.

PORTEFÓLIO ESTRATÉGICO

Pode haver setores que são exceção mas no sector industrial em geral, exportar com uma única marca implica maior risco e maiores dificuldades de posicionamento. Construir um

portefólio de marcas potencia as vendas, cria um leque de identidades próprias e permite criar no mercado uma ilusão de concorrência entre elas, bastando às vezes pequenas diferenças na conceção do produto.

MARCA DA UNIÃO EUROPEIA VS. MARCA INTERNACIONAL

As empresas exportadoras adoram o conceito da Marca da União Europeia. A relação custo / benefício faz deste direito de propriedade industrial um dos mais utilizados, sendo a opção ideal para quem exporta para vários países da União Europeia, permitindo a posse de uma marca para sempre.

Porém este tipo de proteção pode não ser o ideal quando se exporta para países terceiros. Muitas empresas, sem tomar atenção à lista de países onde a marca está registada, confundem a Marca da União Europeia com a Marca Internacional, um sistema mais abrangente que engloba cerca de 114 países do mundo inteiro. Esta opção de registo pode ser mais eficiente e económica.

PROPRIEDADE INDUSTRIAL COMO FERRAMENTA DE MARKETING

Assiste-se a um novo fenómeno global: inspiração nas ideias alheias.

É importante que as empresas tomem consciência de que o marketing e a propriedade industrial devem evoluir de “mãos dadas”, adaptando-se mutuamente. Não interessa produzir e comercializar produtos ou serviços inovadores se estes conceitos vencedores ficam expostos a que outros se apropriem deles.

Estudos revelam que, em média, as inovações são copiadas em:

- 3 a 4 meses na Europa
- 8 Semanas em Silicon Valley
- 4 Semanas na China e Coreia do Sul

No mercado atual, ser rápido a copiar ideias que não estão devidamente registadas tornou-se quase tão importante como ser bom a criar novas soluções.

Gastão Cunha Ferreira
CONSULTORES EM PROPRIEDADE INDUSTRIAL
INTELLECTUAL PROPERTY CONSULTANTS



A PROTEGER A INOVAÇÃO
DESDE 1938

Por isso é chocante constatar que muitas vezes não são os criadores das inovações disruptivas a retirar benefício das mesmas.

INTELIGÊNCIA COMPETITIVA

Cada vez mais empresas utilizam os mecanismos de vigilância de registos de propriedade industrial, permitindo saber quais as patentes e marcas registadas pela concorrência.

Isto permite estar sempre a par do que de melhor se faz no mundo, num certo domínio tecnológico e antecipar lançamentos de novos produtos de concorrentes diretos em Portugal ou nos mercados de exportação.

Mais do que uma estratégia de crescimento, este tipo de vigilância é uma estratégia de sobrevivência num mundo em rápida e constante evolução.

Concluindo, vive-se em Portugal um clima de crescimento e otimismo, acompanhado de inúmeros incentivos financeiros que podem apoiar o crescimento sólido e sustentável das empresas. Não só os programas P2020, em que as despesas de propriedade industrial com internacionalização e inovação são elegíveis, mas também o sistema de pedido provisório de patente, que pode garantir, por baixo custo, o exclusivo de uma inovação durante 12 meses, permitindo testá-la no mercado nacional ou internacional sem riscos de usurpação.

Uma correta política de Branding Intelligence permite atribuir mérito e justo benefício, aumenta a competitividade e dá robustez ao negócio, assumindo-se assim como um potenciador de riqueza. ☺



Cristina Costa
GASTÃO CUNHA FERREIRA – CONSULTORES EM PROPRIEDADE INDUSTRIAL



**Together
we fly
higher.**

**Crescer é moldar a excelência do futuro.
Melhorar continuamente serviços e produtos.
É OGMA.**

Com mais de nove décadas de experiência acumulada na dinâmica indústria aeronáutica, OGMA é hoje sinónimo de serviço de excelência, melhoria contínua de serviços e produtos, dedicação e valorização de parceiros, clientes e colaboradores. De Portugal para o mundo, juntos voamos mais alto.

Com soluções focadas nas necessidades dos clientes, a OGMA dispõe de uma diversificada e especializada oferta de MRO, AEROESTRUTURAS e COMPONENTES para aviação comercial, defesa e executiva, assim como a qualificação de centro autorizado de manutenção para os principais fabricantes mundiais, como a Embraer, Lockheed Martin, Rolls-Royce, entre outros. Exceder expectativas e proporcionar a melhor experiência é o nosso compromisso.



QUALIFICA

Mais qualificação, melhor emprego.

VISITE UM CENTRO QUALIFICA

707 200 030
www.qualifica.gov.pt



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

ANQEP
AGÊNCIA NACIONAL
PARA A QUALIFICAÇÃO E O
ENSINO PROFISSIONAL, I.P.



QUALIFICA